



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE MÚSICA**

JOSÉ GILVAN SILVA DOS SANTOS

**O ENSINO DE MÚSICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
VISUAL NO COEPD/CAP EM ARACAJU**

São Cristóvão

2020

JOSÉ GILVAN SILVA DOS SANTOS

**O ENSINO DE MÚSICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
VISUAL NO COEPD/CAP EM ARACAJU**

Monografia apresentada ao Departamento de Música da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Música.

Orientadora: Profa. Dra. Mackely Ribeiro Borges

São Cristóvão

2020

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela dádiva da vida e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

À Universidade Federal de Sergipe pela excelência do ensino e à Divisão de Ações Inclusivas (Dain), por sempre disponibilizar materiais acessíveis e pessoas para me auxiliar por todo o campus.

A minha orientadora, Profa. Dra. Mackely Ribeiro Borges, por ter aceitado esse desafio, por ter me auxiliado durante toda a minha trajetória acadêmica e por seu apoio e dedicação ao longo deste projeto, pela paciência e por todo conhecimento transferido não só a mim, mais a todos os alunos do curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Sergipe.

Agradeço a todos os meus professores do Departamento de Música pelos conhecimentos transmitidos, pela ajuda, pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado e que buscaram me auxiliar, seja fornecendo um horário extra para me esclarecer, seja me perguntando qual a melhor maneira para que eu pudesse aprender.

Agradeço a todos do COEPD/CAP, principalmente à coordenadora Joana Darc por conceder a entrevista e por ceder o espaço para este trabalho. À professora Teresa Criscuolo, que sempre me motivou e me preparou para o ingresso na UFS, pelo suporte que me deu durante todo esse tempo e pelas suas contribuições para este trabalho; além dos outros professores, funcionários e alunos que também contribuíram respondendo os questionários.

Agradeço à diretora Meire e aos professores da escola Inglaterra, por possibilitarem o meu estágio na referida escola e pela grande ajuda durante todo esse tempo.

Agradeço imensamente a minha família, que sempre me apoiou, me auxiliou e sempre acreditou em mim durante toda minha caminhada. Ao meu pai Gilson, por quem tenho muito orgulho, que sempre me acompanhou, incansavelmente, todos os dias nessa jornada de estudos e que sempre me incentivou a seguir em frente em busca dos meus objetivos. A minha mãe Gilvanete, por quem tenho muita admiração, que sempre cuidou de mim e me auxiliou, apoiou e educou por toda minha vida. Aos

meus irmãos Givanildo, Gilvânio e Gilvando por sempre me apoiarem e me ajudarem em tudo aquilo que foi possível. Sem a ajuda deles, nada disso seria possível.

Agradeço a minha querida namorada, Amanda, por sempre estar ao meu lado, pela paciência e compreensão em minhas ausências na dedicação aos estudos do curso, além de me auxiliar na elaboração de materiais. Muito obrigado minha amada Amanda por fazer parte da minha vida. Te amo!

Agradeço ao meu amigo, Agnaldo, por ter me ajudado com as imagens e os slides para a apresentação e todos os outros amigos que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho.

Aos meus colegas de curso, que sempre me ajudaram e com quem convivi intensamente durante os últimos anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como profissional.

Ao Osmário, que me deu apoio e conseguiu o transporte para que eu pudesse viajar todos os dias à UFS.

Agradeço a todos os motoristas que, durante todo o curso, nos conduziram à UFS.

Enfim, agradeço a tantos outros que não citei o nome aqui, mas que se encontram guardado em meu coração através das doces lembranças que, de alguma forma, participaram da minha trajetória pessoal e acadêmica, do dia a dia de minha vida.

SANTOS, José Gilvan Silva dos. **O ensino de música para pessoas com deficiência visual no COEPD/CAP em Aracaju**. 2020. Monografia (Graduação em Licenciatura em Música) – Departamento de Música, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade descrever o processo do ensino de música na Coordenadoria de Apoio Educacional à Pessoa com Deficiência (COEPD), conhecida popularmente por Centro de Apoio Pedagógico para atendimento às pessoas com deficiência visual (CAP), que oferece atendimento especializado a pessoas cegas e de baixa visão em Aracaju. A presente pesquisa trata-se de um estudo de caso com abordagem qualitativa composta por um levantamento bibliográfico e pesquisa de campo. No levantamento bibliográfico foi investigada a deficiência visual, em que apresento um breve histórico e informações básicas sobre a deficiência citada, bem como o surgimento do CAP no Brasil e em Aracaju, mostrando a sua relevância para as pessoas cegas e de baixa visão, além de abordar o funcionamento do Sistema Braille e o papel da Musicografia Braille no ensino de música. Na pesquisa de campo foi aplicado um questionário com professores, funcionários e alunos da referida instituição buscando conhecer melhor o COEPD/CAP, o perfil dos alunos, as metodologias aplicadas nas aulas de música, com destaque ao trabalho desenvolvido pela professora Teresa Criscuolo, e a importância da música como meio de inclusão do deficiente visual na sociedade. Diante disso, pude concluir que, tanto o método de ensinar música de ouvido, quanto o da Musicografia Braille são importantes para a formação do músico cego e que a junção dos dois torna esse músico mais completo.

Palavras-chave: Música. Deficiência visual. Ensino de música. COEPD/CAP.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. A DEFICIÊNCIA VISUAL	9
2.1. BREVE HISTÓRICO	9
2.2. CONCEITUANDO A DEFICIÊNCIA VISUAL	15
2.3. CEGUEIRA E BAIXA VISÃO	17
2.4. DEFICIÊNCIA VISUAL CONGÊNITA E ADQUIRIDA	20
2.5. DICAS DE COMO AJUDAR UM DEFICIENTE VISUAL	23
3. O CENTRO DE APOIO PEDAGÓGICO PARA ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL (CAP)	28
3.1. O SURGIMENTO DO CAP NO BRASIL	28
3.2. O CAP EM ARACAJU-SE E A MUDANÇA DE NOMENCLATURA DE CAP PARA COEPD	30
3.3. CONTEÚDOS QUE CONTRIBUEM DIRETA E INDIRETAMENTE PARA AS AULAS DE MÚSICA DO COEPD/CAP	39
3.3.1. Sistema Braille	39
3.3.2. Musicografia Braille	46
4. OS PROFESSORES DE MÚSICA DO COEPD/CAP	55
4.1. WOLNEY SIQUEIRA MONTE SANTO	55
4.1.1. Breve histórico	55
4.1.2. O ensino da música através da audição	58
4.2. TERESA CRISCUOLO	62
4.2.1. Breve biografia	62
4.2.2. O uso da Musicografia Braille pela professora Teresa Criscuolo	68
4.2.3. O processo do ensino de música do COEPD/CAP	69
4.2.4. Os recursos do COEPD/CAP para as aulas de música	73
4.2.5. Dificuldades enfrentadas nas aulas de música	76
4.2.6. A diferença entre ensinar um cego e um baixa visão	78
4.2.7. Fatores que contribuem para um bom desenvolvimento musical	79
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	83
APÊNDICE - Termos de participação consentida	90

1. INTRODUÇÃO

A música é um bem cultural que faz parte da vida do ser humano desde a antiguidade. A música está presente no nosso dia a dia nas mais diversas formas, seja em comemorações, manifestações religiosas, no cinema, entre outros. Alguns veem a música como uma forma de trabalho, outros como uma forma de entretenimento. Conseqüentemente, a música exerce um papel relevante não só na vida de um vidente, como também na vida do deficiente visual, o que também desperta o interesse em estudar música.

Como a procura de pessoas com deficiência visual pelo ensino de música em Sergipe vem crescendo, surge gradativamente a necessidade de professores capacitados para lecionar a esses alunos especiais. Diante disso, foi realizada uma pesquisa na Coordenadoria de Apoio Educacional à Pessoa com Deficiência (COEPD), conhecida popularmente por Centro de Apoio Pedagógico para atendimento às pessoas com deficiência visual (CAP), que oferece atendimento especializado às pessoas cegas e de baixa visão em Aracaju. O objetivo geral deste trabalho é descrever o processo do ensino de música para deficientes visuais na referida instituição. Para isso, esta monografia buscará uma linguagem clara e objetiva, tornando acessível a assimilação por professores de música e leitores de outras áreas de atuação.

O interesse por esta pesquisa surgiu a partir das experiências vivenciadas como aluno do COEPD/CAP a partir de 2010, quando ingressei nessa instituição. Por ser cego, pude notar melhor a importância e as contribuições do COEPD/CAP para os deficientes visuais de Sergipe.

Esta monografia trata-se de um estudo de caso com abordagem qualitativa, o qual foi fundamentado através de um levantamento bibliográfico e pesquisa de campo para alcançar os objetivos específicos: mostrar os diferentes tipos e níveis da deficiência visual, descrever o surgimento do CAP no Brasil, descrever o contexto histórico do CAP em Aracaju e descrever as diferentes metodologias utilizadas pelos professores de música da instituição, em especial à professora Teresa Criscuolo que ministra a Musicografia Braille.

No levantamento bibliográfico constam pesquisas realizadas por professores, pesquisadores e profissionais de diferentes áreas, em que foram utilizadas fontes de

naturezas variadas como: teses, dissertações, monografias, artigos, revistas, leis e decretos. Como exemplos dessas fontes utilizadas podemos citar as obras: *Do Toque Ao Som: o ensino da Musicografia Braille como um caminho para a educação musical inclusiva*, de Fabiana Fator Gouvêa Bonilha (2010); *O uso do software Musibraille no processo de ensino-aprendizagem musical de alunos com deficiência visual: da transcrição à utilização pedagógica*, de Leonardo da Silva Souza (2013); *Ensino de música para pessoas com deficiência visual*, de Shirlei Escobar Tudissaki (2014); *A música como um ponto de intersecção entre Louis Braille, Jacques Lusseyran e a inclusão do cego em Aracaju/SE*, de Diogo Santos de Oliveira (2015) e *A infocomunicação em harmonia com a Musicografia Braille: proposta de plataforma digital inclusiva*, de Dolores Tomé (2016).

Na pesquisa de campo foram entrevistadas um total de 14 pessoas do COEPD/CAP, entre elas estão a professora de música Teresa Criscuolo, a coordenadora da instituição de ensino Joana Darc, a professora de Braille Joanita Prado, a professora de Soroban Ilná Batinga, além de dois funcionários terceirizados e oito alunos deficientes visuais os quais responderam um questionário com perguntas abertas. As entrevistas ocorreram entre os dias 05 de novembro e 06 de dezembro de 2019, sempre pela parte da manhã.

O presente trabalho está dividido em cinco capítulos. Após a Introdução, o segundo capítulo apresenta um breve histórico da deficiência visual, como era compreendida em diversas regiões do mundo, desde a antiguidade até os dias atuais. Em seguida é abordado sobre os conceitos básicos do que é a deficiência visual, tipos e níveis mais comuns dessa deficiência, principais recursos de acessibilidade utilizados atualmente, a diferença da deficiência visual congênita e adquirida, bem como algumas dicas de como auxiliar um deficiente visual no dia a dia.

O terceiro capítulo é voltado para o surgimento do Centro de Apoio Pedagógico para atendimento às pessoas com deficiência visual (CAP) e suas contribuições para os deficientes visuais de Sergipe. Primeiramente, é apresentada a história da instituição no Brasil, depois em Aracaju, a mudança da nomenclatura CAP para COEPD, em seguida a leitura e escrita do Sistema Braille e, por fim, um breve histórico da Musicografia Braille, sua funcionalidade e relevância para o ensino de música às pessoas cegas.

No quarto capítulo são mostradas as diferentes metodologias aplicadas pelos professores de música do COEPD/CAP. Inicialmente é apresentado sobre o professor

Wolney Siqueira Monte Santo, primeiro professor de música da instituição e que se aposentou recentemente. O capítulo destaca o breve histórico de sua vida, sua importância na educação musical para os cegos em Aracaju e o porquê ele ensina por meio da audição e não através da Musicografia Braille, suas adaptações para o ensino da música, além de sua atuação como professor de surdos. Em seguida é apresentado a respeito da professora Teresa Criscuolo, sua trajetória musical, bem como sua relevante atuação no ensino de música através do método da audição e principalmente da Musicografia Braille.

Por fim, no quinto capítulo são apresentadas as considerações finais, em que destaco as conclusões dos pontos mais relevantes de todo o trabalho.

2. A DEFICIÊNCIA VISUAL

Para uma melhor compreensão sobre o assunto que será abordado no decorrer deste trabalho, primeiramente será necessário apresentar algumas informações básicas sobre a deficiência visual.

Desta forma, neste capítulo será apresentado inicialmente um breve histórico da deficiência visual desde a antiguidade até os dias atuais, em seguida será abordado conceitos básicos do que é a deficiência visual, tipos e níveis mais comuns desta deficiência, recursos de acessibilidade utilizados atualmente, bem como algumas dicas de como auxiliar um deficiente visual no dia a dia.

É importante ressaltar que nem todas as situações relativas à deficiência visual serão abordadas detalhadamente neste trabalho, pois isso caberia aos profissionais da área da saúde. No entanto, serão apresentadas informações gerais com base na bibliografia consultada, com o objetivo de auxiliar os educadores musicais que possam a vir a se deparar com esse tipo de aluno em sala de aula.

2.1. BREVE HISTÓRICO

A cegueira está presente na história da humanidade desde a antiguidade, a qual sempre foi marcada por sentimento de rejeição, preconceito, e desconhecimento por aqueles que eram ditos perfeitos. Como podemos observar, sempre existiram indivíduos com algum tipo de limitação, seja ela física, sensorial ou cognitiva as quais eram vistas como algo negativo.

Ao longo da história, a cegueira recebeu diferentes significados. As pessoas cegas, segundo Lorimer (2000) apud Motta (2008 não paginado), eram vistas como incapazes e dependentes, além de serem maltratadas e negligenciadas pela sociedade, inclusive em algumas civilizações chegavam a serem eliminadas. Só a partir do século XIX é que a sociedade passa a perceber que as pessoas com deficiência visual poderiam ser educadas e viver independentemente como as outras.

Abaixo será apresentado alguns relatos de como a cegueira era compreendida em diversas regiões do mundo ao longo da história, baseado em diversos autores¹. O que nos ajudará a compreender melhor as razões pelas quais certos mitos, ideias e preconceitos foram atribuídos as pessoas com deficiência visual.

Conforme ressalta Benazzi (2015, não paginado): "parte da Antiguidade até o início da Idade Moderna caracteriza-se como um período místico no que se refere à cegueira, uma vez que se acreditava que esta era uma desgraça". Ainda é possível notar que essa concepção mística da deficiência visual está presente na sociedade até os dias de hoje, pois alguns pensam que as pessoas com cegueira são incapazes de ter uma vida independente, produtiva e aqueles que superam as dificuldades são considerados seres superdotados.

Como descrito por Benazzi (2015, não paginado): "a sociedade da Antiguidade, em seu processo cultural, contemplava a rejeição e, muitas vezes, o sacrifício da pessoa cega, a qual era considerada inútil para o trabalho, não atendendo, assim, às exigências daquela sociedade". Diante disso, era muito frequente o extermínio de crianças cegas naquela época e as pessoas que perdiam a visão na fase adulta acabavam sendo abandonadas, ficando assim, entregues à própria sorte.

De acordo com Roma (2018, p. 2), "em Atenas e Esparta, as crianças com deficiência eram abandonadas nas montanhas, enquanto na Roma Antiga elas eram jogadas nos rios". Ou seja, cada região tinha uma forma diferente de aniquilar as crianças com algum tipo de deficiência.

A eliminação das pessoas com algum tipo de deficiência não se dava apenas por serem inúteis para o trabalho nem pelas difíceis condições de vida da época:

a história conta que os cegos nas comunidades primitivas e na antiga Rússia eram barbaramente torturados e condenados à morte, pois acreditava-se que as pessoas cegas eram possuídas por espíritos malignos, convertendo o cego em objeto de temor religioso. (BENAZZI, 2015, não paginado).

Inclusive, nas sociedades primitivas, ninguém podia ter nenhum tipo de relação com essas pessoas cegas, pois significava manter uma relação com um espírito mau, coisa que era temida por todos. As pessoas cegas acabavam vivendo rejeitadas e praticamente isoladas da sociedade para não serem torturadas e mortas.

¹ De acordo com (BENAZZI, 2015; ROMA, 2018; FRANCO; DIAS, 2005; MOTTA, 2018).

Em outros casos, muito frequentes entre as sociedades primitivas, "a cegueira era considerada um castigo dado pelos deuses e a pessoa cega tinha o estigma de que era assim, por ser uma forma de punição por um ato cometido por seus pais, avós ou por algum outro membro da tribo" (ROMA, 2018, p. 3). Algumas tribos nômades para se livrarem das pessoas cegas, abandonavam em tribos inimigas ou com animais ferozes.

De acordo com Benazzi (2015, não paginado) "para o povo hebreu, o homem coxo, cego ou corcunda era considerado indigno, detentor de poderes oriundos dos demônios, cujas impurezas e pecados expressavam-se pelas marcas". Ou seja, a deficiência física, por si só, já era um motivo para aquela pessoa ter poderes malignos. Na Idade Média a situação não era diferente, como relata o autor:

Na Idade Média, a cegueira era utilizada como castigo ou como ato de vingança. Ainda neste período era utilizada como pena judicial, aplicada como castigo para crimes nos quais havia participação dos olhos, como crimes contra a divindade e faltas graves às leis de matrimônio. (BENAZZI, 2015, não paginado).

Ou seja, as pessoas que cometiam algum crime como os que foram citados acima, eram duramente castigados arrancando-se os olhos ou até mesmo perfurando com ferro quente para que ficassem cegas. (BENAZZI, 2015, não paginado) O que também servia como exemplo para que as outras pessoas não cometessem nenhum crime.

De acordo com Franco e Dias (2005, não paginado) "com o fortalecimento do Cristianismo, a situação das pessoas com deficiências modificou-se. A pessoa humana elevou-se à categoria de valor absoluto e todos os homens, sem exceção, passaram a ser considerados filhos de Deus". Desde então, a deficiência visual deixou de ser motivo de rejeição, castigo e detentores de poderes malignos ao ponto de serem eliminadas da sociedade e passou a ter outros significados mais positivos.

Com o passar do tempo, a cegueira passou a ser considerada algo comum em algumas regiões, ao ponto de uma pessoa cega conviver na sociedade com as outras pessoas e poder aprender alguma profissão para ganhar o próprio dinheiro e assim poder se sustentar, como é descrito por Motta (2018, não paginado) logo abaixo:

- Na China, a cegueira era algo comum entre os moradores do deserto, pois havia muitas pessoas cegas que acabavam perdendo a visão devido ao calor e a

poeira daquela região. A música acabava sendo uma forma de ganhar dinheiro para sobreviver e, para isso, os cegos precisavam exercitar o ouvido e a memória.

- Os japoneses, desde os tempos mais remotos, costumavam ter uma atitude mais positiva com relação às necessidades das pessoas cegas. Ou seja, eles incentivavam a independência e a autoajuda através da música, poesia, religião, além de encorajarem o trabalho com massagem e a história local.
- O Egito era conhecido na antiguidade como o país dos cegos por conta do alto índice de pessoas cegas, pois muitas pessoas acabavam perdendo a visão por conta do clima quente e a poeira. Inclusive foram encontrados em papiros dados sobre a cegueira. Os médicos que cuidavam dos olhos tiveram grande fama na região.
- Na Grécia, algumas pessoas cegas eram consideradas profetas, porque conseguiam desenvolver os sentidos remanescentes mais que os das outras pessoas, sendo assim, considerado pela sociedade algo miraculoso.
- Em Roma, embora alguns cegos se tornarem pessoas letradas, advogados, músicos e poetas, muitos cegos viviam na miséria, ao ponto de viverem de alimentos e roupas que recebiam como esmola. Os meninos se tornavam escravos e as meninas prostitutas. Assim era a triste realidade de muitas pessoas cegas daquela época.

Mais tarde, entre os séculos XV e XVI, com o avanço da ciência, a cegueira ganha outra proporção. Ou seja, ela passa a ser compreendida como uma patologia, ao mesmo tempo que também começa a surgir as primeiras preocupações relacionadas à educação das pessoas cegas, o que perpetuou nos séculos seguintes. (BENAZZI, 2015, não paginado). No século XVI, o médico italiano Girolinia Cardono, preocupado com a educação das pessoas cegas, passa a testar possibilidades de ensinar leitura através do tato, Coisa que só foi possível anos depois. Na mesma época, Peter Pontamus, Fleming (cego) e o padre Lara Terzi escreveram os primeiros livros sobre a educação das pessoas cegas. (ROMA, 2018, p. 3).

É importante ressaltar que as primeiras tentativas de se criar um método para que as pessoas cegas pudessem ler e escrever utilizavam materiais como "fundição de letras em metal, caracteres recortados em papel, alfinetes de diversos tamanhos pregados em almofadas, mas estes só permitiam a leitura de pequenos textos, enquanto a escrita era impossível de se realizar". (BELARMINO, 1996 apud LIRA; SCHLINDWEIN, 2008, p.175).

Outro ponto importante da história da cegueira foi a partir do século XVIII, com o surgimento de conhecimentos anátomo-fisiológicos que ajudaram em uma melhor

compreensão científica sobre o funcionamento do olho e do cérebro. O que fez com o que as pessoas entendessem a deficiência visual mais profundamente. (BENAZZI, 2015, não paginado).

Os séculos XVIII e XIX tiveram grandes evoluções relacionadas à educação das pessoas com deficiência visual. No ano de 1784 surge em Paris o Instituto Real de Jovens Cegos, criado por Valentin Haüy. A primeira escola do mundo destinada ao ensino de pessoas cegas, onde a leitura se dava através da impressão em papéis muito fortes, o que dava relevo às letras. Nos séculos seguintes os Estados Unidos e a Europa difundiram a mesma proposta educacional. (ROMA, 2018, p. 4).

Anos mais tarde, o jovem Louis Braille ingressa no Instituto Real de Pessoas Cegas em Paris e em 1825 inventa o Sistema Braille. Um sistema de leitura e escrita em relevo, baseado no código secreto militar criado por Charles Barbier denominado "escrita nocturna", composto da disposição de doze pontos em relevo, cujas combinações formavam os símbolos fonéticos. (FRANCO; DIAS, 2005, não paginado).

No final do século XIX, no ano de 1878, foi realizado, em Paris, um Congresso Internacional com a presença de onze países europeus e os Estados Unidos, que estabeleceu que o Sistema Braille deveria ser adotado de forma padronizada como método universal de ensino para pessoas cegas, exatamente de acordo com a estrutura do sistema apresentado por Louis Braille em 1837. (FRANCO; DIAS, 2005, não paginado).

O Sistema Braille trouxe grandes avanços para a educação das pessoas cegas. A partir dele é que foi possível que os cegos pudessem ler e escrever, dando-lhes acesso ao conhecimento e favorecendo sua inclusão na sociedade. Desde então, o Sistema Braille tem sido usado até os dias de hoje, pois ainda não inventaram outra forma de leitura e escrita que fosse superior.

De acordo com Franco e Dias (2005, não paginado), "Em 1837, foi inaugurada a 'Ohio School for the Blind', a primeira escola para cegos inteiramente subsidiada pelo governo americano". O que foi muito importante para despertar a sociedade americana para a obrigação do estado a oferecer a educação aos deficientes visuais.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência visual teve início no ano de 1854 com a fundação do Imperial Instituto de Meninos Cegos, localizado na cidade do Rio de Janeiro que, em 1891, passa a se chamar Instituto Benjamin Constant (IBC), em homenagem ao republicano Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Após

alguns anos, outros institutos para atendimento às pessoas cegas foram surgindo no país. (ROMA, 2018, p. 4).

No início do século XX, as escolas destinadas ao atendimento das pessoas cegas se expandiram e se consolidaram. Na segunda metade desse mesmo século, após alguns anos da Segunda Guerra Mundial e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, é que se passou a pensar na possibilidade de incluir os deficientes visuais em escolas regulares. (FRANCO; DIAS, 2005, não paginado).

Entre as décadas de 1960 e 1970, leis e programas de atendimentos educacionais foram criados para ajudar na inclusão dos deficientes visuais nas escolas regulares e no mercado de trabalho. No entanto, a pessoa com deficiência era que tinha que se adaptar às exigências ou necessidades da sociedade como um todo. (FRANCO; DIAS, 2005, não paginado).

Em 1981, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o Ano e a Década da Pessoa Portadora de Deficiência, abrindo espaço nos meios de comunicação para uma maior consciencialização da sociedade. A partir da década de 1990, com a realização da Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) e com a Declaração de Salamanca de Princípios, Política e Prática para as Necessidades Educativas Especiais (1994), passou a vigorar a "era da inclusão" [], em que as exigências não se referem apenas ao direito da pessoa com deficiência à integração social, mas sim, ao dever da sociedade, como um todo, de se adaptar às diferenças individuais. (FRANCO; DIAS, 2005, não paginado).

Assim, nota-se um avanço cada vez maior dos direitos das pessoas com deficiência. Avanços esses que também foram possíveis através da criação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE) em 1999, destinado:

ao acompanhamento e avaliação do desenvolvimento de uma política nacional para inclusão da pessoa com deficiência e das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer e política urbana dirigidos a esse grupo social².

Além disso, outras leis foram sancionadas ao longo do tempo em benefício das pessoas com deficiência, a exemplo da Lei Federal no 10.098/2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas

² Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/orgaos-colegiados/conade/conselho-nacional-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia-conade>>. Acesso em: 23 fev. 2020.

portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências". (BRASIL, 2000, não paginado). Com isso, percebe-se uma melhora considerável, apesar de lenta, das condições das pessoas com deficiência.

Como foi possível observar, ao longo da história da humanidade, várias denominações foram atribuídas às pessoas com deficiência visual, as quais foram concebidas e pensadas de várias formas, algumas até contraditórias (exclusão e inclusão), variando de cultura para cultura e refletindo crenças, valores e ideologias. Isso nos ajuda a compreender melhor o processo de evolução pelo qual a cegueira passou ao longo do tempo e as razões pelas quais certos mitos, ideias e preconceitos foram atribuídos às pessoas com deficiência visual.

2.2. CONCEITUANDO A DEFICIÊNCIA VISUAL

A visão é um dos sentidos mais importantes na vida do ser humano. Através dela é possível interagirmos melhor com as imagens que formam o ambiente em que vivemos. Fica claro que a ausência dela afeta o cotidiano da pessoa com deficiência visual. É importante entendermos o conceito da deficiência visual, para assim poder entender melhor as particularidades de cada um e encontrar a melhor forma de atendê-lo.

Para um problema visual ser classificado uma deficiência visual, cabe fazer algumas considerações. Segundo o Decreto 5.296 de 2004, deficiência visual é considerada:

cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 2004, não paginado)³.

Cabe ressaltar que a acuidade visual de acordo com o Ministério da Saúde (2016, p. 19) "é o grau de aptidão do olho para identificar detalhes espaciais", ou seja,

³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 30 out. 2019.

é a capacidade que o olho tem de enxergar as coisas com maior nitidez, com uma grande distinção entre formas, cores e tamanhos. É importante saber o nível de acuidade visual, para se for o caso, procurar meios de tentar corrigir o mais rápido possível, antes que possa se agravar.

Segundo o Ministério da Saúde (2016, p. 19), a forma mais simples de fazer o teste de acuidade visual é por meio da escala de Snellen. A escala utiliza sinais ou letras dispostos em linhas, de tamanhos padronizados e progressivamente menores colocado em frente do paciente a uma certa distância pré-determinada em que ela terá que falar as letras ou mostrar a direção dos sinais da tabela. Quanto melhor o resultado, maior a capacidade da pessoa enxergar perfeitamente.

Embora o teste de acuidade visual seja mais usado pelos oftalmologistas, optometristas e técnicos em óptica, ele também pode ser feito por qualquer pessoa, desde que previamente ela tenha sido treinada. "A acuidade visual 20/20 significa que uma pessoa pode ver pequenos detalhes a 6 metros de distância da mesma forma que uma pessoa com visão normal veria a partir de 6 metros". (PORTAL DA VISÃO, 2019)⁴.

Em síntese, o termo deficiência visual é caracterizado pela perda total ou parcial da visão em ambos os olhos, de modo irreversível e que não pode ser corrigida por meio de lentes, tratamentos clínicos ou cirúrgicos. (PRADO, 2013, p. 36). A pessoa com deficiência visual é uma pessoa como as outras, só que com o detalhe de ter a visão reduzida ou nula. Ela vai enxergar o mundo a partir de outro olhar.

Contudo, o deficiente visual por não possuir as mesmas possibilidades que as outras pessoas videntes, poderá ter mais dificuldades em tarefas do dia a dia e em seu aprendizado caso não possua os recursos adequados. Concordando com Bonilha (2010, p. 3) "um ambiente que oferece plenas condições de acessibilidade torna as pessoas nele inseridas menos deficientes".

É importante destacar que nem todo problema visual é considerado uma deficiência visual. Segundo Pereira (2010, p. 20), problemas visuais que podem ser corrigidos por meio de lentes ou processo cirúrgicos, como é o caso da miopia⁵,

⁴ Disponível em: <<https://portaldavisaocuritiba.com.br/o-que-e-acuidade-visual>>. Acesso em: 24 de out. 2019.

⁵ "Miopia: é como se denomina o erro de refração em que a imagem focaliza antes de chegar à retina. As pessoas com miopia preferem usar a visão para perto. Têm dificuldade para enxergar à distância e comumente aproximam-se dos objetos para vê-los melhor. Franzir a testa e apertar os olhos também são sinais comuns em pessoas míopes não corrigidos." (BRASIL, 2016, p. 12).

hipermetropia⁶, astigmatismo⁷, dentre outros problemas de visão, pelo ponto de vista educacional, não são classificados como deficientes visuais, uma vez que o indivíduo não será afetado em seu processo educacional.

De acordo com Santos e Cruz (2010, p. 4), os danos que provocam a deficiência visual podem ser causados principalmente nas estruturas transparentes do olho, como no caso das cataratas e a opacidade da córnea; na retina, como a degeneração macular e a retinose pigmentária; no nervo óptico, como o glaucoma e a neurite óptica e até mesmo no cérebro, como é o caso da cegueira cortica. Como podemos observar, cada doença atinge uma área específica da visão, o que acaba causando a deficiência visual.

2.3. CEGUEIRA E BAIXA VISÃO

É importante entendermos a diferença entre cegueira e baixa visão, pois existe diferenças em se trabalhar com uma pessoa cega ou com baixa visão. Ambas necessitam de diferentes adaptações tanto na metodologia de ensino, quanto nos materiais pedagógicos que serão utilizados, o que possibilitará um melhor aprendizado dos deficientes visuais.

A cegueira é quando ocorre a perda total da visão ou quando só há uma pequena capacidade de enxergar, o que vai levar o indivíduo a depender do Braille para leitura e escrita e o uso de bengala para uma melhor locomoção. A pessoa cega vai depender dos sentidos remanescentes tais como: a audição, o tato, o olfato e o paladar para ajudar na percepção, analisar e compreender o ambiente ao seu redor. (TUDISSAKI, 2014, p. 45).

Lopes e Serfaty (2008, não paginado) classificam a cegueira em:

⁶ "Hipermetropia: a pessoa não vê bem de longe, mas faz um esforço visual maior para poder enxergar bem de perto, o que faz com que ele tenha resistência às atividades que exijam visão para perto (leitura e artesanato, por exemplo) mesmo em crianças e jovens." (BRASIL, 2016, p. 12).

⁷ "Astigmatismo: é caracterizado por uma córnea ou cristalino com formato irregular, que faz com que as imagens luminosas sejam focalizadas em dois pontos separados na retina criando uma imagem distorcida. A visão de quem tem astigmatismo é borrada, como a de uma televisão com a antena desregulada onde se vê um "fantasma" de cada pessoa." (BRASIL, 2016, p. 12).

- 1) Cegueira parcial - na qual os indivíduos só veem vultos e distinguem claro e escuro;
- 2) Próximo da cegueira total - na qual os indivíduos só tem percepção da luminosidade, sendo capazes de identificar a direção da luz;
- 3) Cegueira total (amaurose) - pressupõe a completa perda de visão.

É importante fazer essa distinção, pois ainda existem muitas pessoas que supõe que a pessoa cega é totalmente desprovida da visão e, como vimos, não é bem assim. Podemos dizer que uma pessoa é considerada cega, quando o seu resíduo visual é insuficiente para adquirir conhecimento ou auxiliar em tarefas do cotidiano através de meios visuais, em que será necessário usar recursos adequados para suprir essa falta da visão.

É importante ressaltar que, apesar de algumas dificuldades, a pessoa cega é capaz de participar da maioria das atividades diárias e escolares, desde que possua os recursos necessários e seja bem auxiliada pela família e profissionais da educação. A pessoa cega não é aquele coitadinho que não tem condições de fazer nada, pelo contrário, há tarefas que podem ser melhor executadas por um deficiente visual de que por um vidente. A seguir será abordado a respeito das características da baixa visão.

A baixa visão ou visão subnormal: caracteriza-se pelo comprometimento do funcionamento visual dos olhos, mesmo após tratamento ou correção. As pessoas com baixa visão podem ler textos impressos ampliados ou com uso de recursos óticos especiais como telescópio, lupas e óculos com lentes especiais. (BRASIL, 2016, p. 12).

Como podemos ver, ao contrário da pessoa cega, uma pessoa com baixa visão é capaz de usar a visão para auxiliar em tarefas do seu cotidiano apesar de sua capacidade visual ser comprometida. Porém, a pessoa com baixa visão terá muito mais dificuldade em enxergar determinadas coisas do que um vidente, ao ponto de precisar fazer uso de recursos óticos potentes para ampliar aquilo que se pretende enxergar. Em muitos casos, mesmo usando tais recursos, ainda não será suficiente.

De acordo com Roma (2018, p. 5), uma pessoa com baixa visão pode ser capaz de enxergar uma placa na rua ou uma lousa, porém dificilmente conseguirá ver o que está escrito; pode enxergar as pessoas, mas não reconhecer a fisionomia delas; pode enxergar o relógio, mas não consegue ver as horas; a maioria não depende de

bengala para locomoção, no entanto tem dificuldades para distinguir buracos, poças d'água e degraus. São inúmeras situações que a pessoa com baixa visão tem dificuldades de enxergar.

Segundo Tudissaki (2014, p. 45) "cada pessoa com baixa visão enxerga de forma diferenciada, de acordo com as alterações que podem ocorrer, desde prejuízos na acuidade visual, na visão de cores, no campo visual, na sensibilidade ao contraste ou na adaptação à luz". Ou seja, todos esses fatores vão depender da deficiência visual de cada pessoa.

Como descrito por Tudissaki (2014, p. 46-47), as principais alterações da baixa visão são:

1) Perda da visão periférica - ocorre quando o indivíduo tem dificuldade em enxergar aquilo que está mais às extremidades do seu campo de visão, ou seja, ela dificilmente vai enxergar aquilo que estiver acima, abaixo e aos lados, mas conseguirá ver um pouco mais ao centro. Esse problema visual é característico do Glaucoma e da Retinose Pigmentar;

2) Perda da visão central - ocorre quando o indivíduo tem dificuldade de enxergar aquilo que está ao centro do seu campo de visão, mas consegue ver melhor o que estão as extremidades. Esse problema visual é característico de pessoas acometidas pela Degeneração Macular Relacionada à Idade (DMRI) e à Doença de Stargardt;

3) Perda difusa de campo visual - é quando o indivíduo apresenta dificuldade em enxergar de forma plena, vendo sempre uma imagem como que cheia de pontos escuros em todo seu campo de visão. Ocorre com pessoas acometidas pela Retinopatia Diabética;

4) Diminuição global da sensibilidade - é quando o indivíduo não consegue enxergar de forma nítida, vendo sempre uma imagem como se tudo estivesse embaçado. Esse problema visual é característico de pessoas que são acometidas pela Catarata.

Cada deficiência visual vai ter a sua particularidade e cabe o indivíduo a procurar meios de se adaptar a sua nova realidade. Atualmente já existem vários recursos que podem ajudar o deficiente visual a levar uma vida quase que normal, como por exemplo: lentes de alto alcance, lupas, ampliadores de telas, bengalas, leitores de telas para celulares e computadores, linha braille, impressora braille, máquina datilográfica braille etc.

Quando a pessoa tem muita dificuldade em aceitar a sua deficiência visual ou de se adaptar ao seu cotidiano por conta da deficiência, muitos acabam entrando em depressão. Por isso que é muito importante o apoio de todos, pois ajudará o deficiente visual a superar a perda da capacidade da visão e a se adaptar melhor a sua rotina.

Segundo o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), do total de 190.755.799 da população brasileira, 23,9% (45.606.048 milhões de pessoas) declararam ter algum tipo de deficiência⁸. Entre as deficiências permanentes que foram pesquisadas estão: a deficiência visual, auditiva, motora (de acordo com o seu grau de severidade) e a mental ou intelectual. Esses dados mostram que os professores devem conhecer melhor cada deficiência, principalmente a visual e os recursos e as metodologias adequadas, para assim amenizar as dificuldades da aprendizagem da música.

Ainda de acordo com dados do IBGE (2010), entre as deficiências declaradas, a mais comum foi a visual, atingindo 18,8% da população. Em seguida, ficaram problemas motores (7%), auditivos (5,1%) e intelectuais (1,4%)⁹. Cabe ressaltar que a região Nordeste concentra a maior parte das pessoas com algum tipo de deficiência. É importante que o governo e a população procurem meios para incluir as pessoas com deficiência na sociedade, para que tenham os mesmos direitos que as outras pessoas à educação, ao emprego, à saúde e bem-estar.

2.4. DEFICIÊNCIA VISUAL CONGÊNITA E ADQUIRIDA

A deficiência visual pode surgir em diferentes fases da vida de uma pessoa e pode causar uma mudança radical no seu cotidiano. Ela pode ocorrer de várias formas, seja por uma doença ou por algum tipo de acidente. Diante disso, a deficiência visual pode ser classificada por congênita ou adquirida. É importante ressaltar quais

⁸ Informação disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia>. Acesso em: 22 nov. 2019.

⁹ Informação disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia>. Acesso em: 22 nov. 2019.

são as diferenças entre elas, pois ambas possuem características distintas que podem interferir no processo de desenvolvimento do indivíduo.

De acordo com Tudissaki (2014, p. 51), "a deficiência visual congênita ocorre quando a criança ainda está no útero materno, na ocasião do nascimento ou imediatamente após seu nascimento." Por isso que é muito importante fazer o Teste do Reflexo Vermelho ou Teste do Olhinho¹⁰ logo nos primeiros dias de vida da criança. Tomando esse cuidado, problemas de visão poderão ser evitados ainda na infância, ou evitar que o problema se agrave.

Além de fatores hereditários, existem uma série de doenças que podem acarretar a deficiência visual congênita. Doenças como: "o glaucoma congênito, a retinopatia da prematuridade, a rubéola, a catarata congênita, a toxoplasmose congênita, a hipovitaminose, a oncocercose, o sarampo e o tracoma". (TUDISSAKI, 2014, p. 51).

Para um melhor desenvolvimento de um deficiente visual congênito e uma melhor interação com o ambiente em que vive, segundo Vianna e Rodrigues (2008, p. 139), é necessário que a criança receba estímulos advindos dos outros sentidos, principalmente o tátil cinestésico, auditivo, proprioceptivo¹¹ e vestibular¹², a partir dos primeiros meses de vida. Sendo assim, os outros sentidos irão se desenvolver mais para suprir a falta da visão.

A não estimulação da pessoa com deficiência congênita poderá acarretar uma série de danos para o seu desenvolvimento psicomotor. De acordo com Louro (2012, p. 263), uma criança cega, quando bem estimulada desde a infância, provavelmente passará pelo processo de aprendizagem muito bem, de maneira semelhante a uma pessoa que não possua deficiência visual.

¹⁰ "O teste do olhinho não dói e é rápido, sendo realizado pelo pediatra através de um pequeno aparelho que projeta uma luz nos olhos do recém-nascido. Quando essa luz é refletida de cor avermelhada, alaranjada ou amarelada significa que as estruturas dos olhos do bebê estão saudáveis. No entanto, quando a luz refletida é esbranquiçada ou de forma diferente entre os olhos, deve-se fazer outros exames com o oftalmologista para investigar a possibilidade de problemas de visão." (BELTRAME, 2018, não paginado). Informação disponível em: <<https://www.tuasaude.com/teste-do-olhinho>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

¹¹ O sistema proprioceptivo "é o sistema sensorial que permite ao indivíduo perceber a localização, posição e orientação do corpo no espaço, reconhecer a força exercida pelos músculos e o movimento das articulações sem utilizar a visão. Permite a manutenção do equilíbrio e a realização de diversas atividades da vida diária." (CLINICA SENTIDOS, [2019], não paginado). Informação disponível em: <<https://www.clinicasentidos.com.br/os-sentidos>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

¹² "O sistema vestibular é formado por um conjunto de órgãos do ouvido interno e responsável pela manutenção do equilíbrio. Esse sistema detecta informações importantes como balanço, gravidade, posição do corpo e distância. Sua integridade permite ao indivíduo mover-se com segurança." (CLINICA SENTIDOS, [2019], não paginado). Informação disponível em: <<https://www.clinicasentidos.com.br/os-sentidos>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

Um cego com pouca estimulação pode apresentar diversos problemas de aprendizagem, além de comprometimento nas capacidades de associação, generalização e abstração; pode, ainda, apresentar imaginação muito pouco desenvolvida, criatividade limitada – por causa da falta de vivências práticas com seu corpo – e até mesmo problemas de coordenação motora, de preensão manual e de postura (LOURO, 2012, p. 263).

Isso mostra a importância de uma boa estimulação precoce para a vida de uma pessoa com deficiência visual.

Segundo Garcia (2014, p. 25), a cegueira adquirida é quando o indivíduo perde a visão em qualquer etapa da vida após o nascimento, seja por algum tipo de acidente ou doença. O grande problema é que, em casos de doenças, parte das crianças só descobre o problema visual tarde demais, tornando assim, em alguns casos, irreversível.

De acordo com Smith (2008, p.333), "esta distinção é importante porque as pessoas que perdem a visão após os dois anos de idade lembram-se da aparência de alguns objetos. Quanto mais tarde a deficiência ocorre, mais coisas serão lembradas pela pessoa." A memória visual está diretamente ligada à aprendizagem do indivíduo, pois as lembranças visuais das coisas poderão ajudar a compreender melhor os aspectos fundamentais para seu aprendizado.

A deficiência visual adquirida pode ser causada por diversas doenças ou acidentes. De acordo com Tudissaki (2014, p. 52), "as causas mais frequentes que levam à deficiência visual adquirida são: a catarata, o diabetes, o descolamento de retina, o glaucoma, as retinopatias e as causas acidentais". A maioria dessas causas citadas acima ocorre por perda gradativa da visão e, a depender do caso, pode ser irreversível.

Podemos afirmar que um indivíduo que já está habituado muito tempo com a visão e por algum fator venha a perder essa visão repentinamente, essa pessoa provavelmente terá mais dificuldades de se readaptar a o seu novo cotidiano. No caso de uma pessoa que vai perdendo a visão gradativamente, ela provavelmente terá menos dificuldades, pois vai se adaptando aos poucos a sua nova rotina, como foi o meu caso.

Tive um caso de glaucoma congênito, que foi detectado após alguns meses de vida. Entre um e seis anos de idade passei por cinco cirurgias, no entanto, não solucionou o problema definitivamente e com o tempo voltou a piorar. Sendo assim, minha infância foi como baixa visão e não como cego total.

Por volta dos 11 anos de idade, passei a ter um pouco mais de dificuldade em ler e escrever, pois estudava em escola regular e era alfabetizado como os videntes e não possuía nenhum tipo de recurso para corrigir a visão. Uma das primeiras adaptações que tive foi a de fazer as provas do colégio oralmente e não escrita como vinha sendo e também passei a depender mais da memória, devido à dificuldade encontrada em ler o conteúdo proposto pelos professores.

Após algum tempo, a visão foi ficando embaçada, as coisas foram perdendo a cor, as coisas foram perdendo a forma e com isso passei a ter dificuldades em me locomover em locais que não fosse a minha própria casa. Diante disso, outra forma que tive que me adaptar foi de andar com alguém me guiando ou com uso de bengala. Atualmente enxergo somente se o local é claro ou escuro ou alguma luz, mas que mesmo assim é útil, pois ajuda a distinguir se é noite ou dia ou perceber se uma luz está acesa.

Tudo isso seria muito mais difícil se tivesse que me adaptar de uma hora para outra, pois causaria muito incômodo, já que não estaria preparado para uma mudança como essa, onde teria que se adaptar a várias coisas ao mesmo tempo. Diante disso, tive menos dificuldade de me adaptar, pois fui perdendo a visão aos poucos e não repentinamente como ocorre com muitas pessoas.

2.5. DICAS DE COMO AJUDAR UM DEFICIENTE VISUAL

O deficiente visual possui limitações, que por vezes, podem vir a precisar de ajuda. Porém, um grande problema é que a maioria das pessoas não sabem como ajudá-las da maneira correta, já que são poucas pessoas que são capacitadas para atender esse público, pois dificilmente a sociedade recebe as instruções necessárias para lidar com pessoas que possuem algum tipo de deficiência.

Em entrevista com duas funcionárias terciárias do Centro de Apoio Pedagógico para atendimento às pessoas com deficiência visual (CAP)¹³, foi possível obter a informação de que apenas uma já havia trabalhado com deficientes visuais

¹³ Instituição voltada para o atendimento especializado aos deficientes visuais de Sergipe, o qual será tema do próximo capítulo.

anteriormente em outra localidade, mas que ambas não receberam nenhum tipo de treinamento para auxiliar pessoas com deficiência visual. Não que seja indispensável esse tipo de treinamento, mas se tratando de uma instituição especializada em atendimento aos deficientes visuais, supõe que previamente tenham sido preparadas.

Embora os funcionários do CAP não tenham recebido nenhum tipo de treinamento para auxiliar os deficientes visuais, fazem um bom trabalho, pois aprenderam rápido ao observarem os alunos serem auxiliados pelos acompanhantes e professores da instituição de ensino. Auxiliar um deficiente visual não é tarefa difícil, tanto que em entrevista, as funcionárias do CAP relataram que não tiveram dificuldades.

Pensando nos deficientes visuais e nas pessoas que não possui nenhuma instrução de como se comportar diante de um deficiente visual ou de como auxiliá-lo em alguma tarefa do dia a dia, se fez necessário preparar uma série de dicas que iram ajudar nesse sentido.

Segue abaixo algumas dicas de acordo com Sasaki (2005, não paginado) de como agir diante de uma pessoa com qualquer tipo de deficiência:

- "Converse com ela respeitosamente, sabendo que ambos desejam ser respeitados como seres humanos".
- "Comporte-se de igual para igual, ou seja, considerando que vocês dois possuem a mesma dignidade".
- "Aceite a outra pessoa como ela é, assim como você espera ser aceito do jeito que você é".
- "Ofereça ajuda sempre que notar que a pessoa parece necessitá-la. Pergunte antes de ajudar e jamais insista em ajudar. Se ela aceitar a ajuda, deixe que ela lhe diga como quer ser ajudada".

É importante ressaltar que as pessoas com deficiência apesar de suas limitações, também são seres humanos e tem os mesmos direitos que as outras pessoas. Por tanto, devem ser tratadas e respeitadas dignamente sem nenhum preconceito.

Abaixo segue algumas orientações baseadas em autores e entidades especializadas em cegueira, de como interagir ou se comportar diante de uma pessoa com deficiência visual.

Ao guiar um deficiente visual, nunca o empurre ou puxe pelo braço. Ofereça seu cotovelo e, caso você seja mais baixo que ele, ofereça seu ombro para que ele apoie

a mão. Caminhe sempre um passo adiante dele, pois assim, o deficiente visual saberá quando for o momento de subir ou descer uma calçada. Desta forma a pessoa cega poderá te acompanhar sem dificuldade. (SASSAKI, 2005, não paginado; ASSOCIAÇÃO DE CEGOS LOUIS BRAILLE, 2016, não paginado).

Em lugares estreitos onde é difícil a passagem de duas pessoas uma ao lado da outra, ponha o seu braço para trás de modo que o antebraço fique atrás de suas costas. O deficiente perceberá esse movimento e passará a andar logo atrás de você e não mais ao lado. Em caso de locais como teatro/auditório que têm assentos enfileirados, avise que andará de lado. (SASSAKI, 2005, não paginado).

Se for auxiliar a pessoa cega a atravessar a rua, pergunte-lhe antes se ela precisa de ajuda e, em caso positivo, procure atravessá-la em linha reta, ou então fale que está cruzando em diagonal, senão ela poderá perder a orientação. (SASSAKI, 2005, não paginado; ASSOCIAÇÃO DE CEGOS LOUIS BRAILLE, 2016, não paginado).

Para uma maior segurança, informe o deficiente visual quando houver degraus, buracos, poças d'água ou pisos escorregadios. Caso precise passar por uma poça d'água ou um buraco no caminho e necessita dar um passo maior, dê uma leve parada e em seguida o passo longo. O guia deve estar sempre a frente da pessoa cega. (ASSOCIAÇÃO DE CEGOS LOUIS BRAILLE, 2016, não paginado).

Ao se deparar com uma escada, se possível, coloque a mão do deficiente visual no corrimão e informe a ele se vai subir ou descer os degraus. (ASSOCIAÇÃO DE CEGOS LOUIS BRAILLE, 2016, não paginado).

Para ajudar uma pessoa com deficiência visual a sentar-se, simplesmente a guie até a cadeira e coloque a mão dela sobre o encosto da cadeira, informando a ela se a cadeira possui braço ou não. Com essas orientações, ela se sentará facilmente. (SASSAKI, 2005, não paginado; ASSOCIAÇÃO DE CEGOS LOUIS BRAILLE, 2016, não paginado).

Se for orientar um deficiente visual, fale as direções o mais claro possível, como por exemplo: "direita", "esquerda", "acima", "abaixo", "para frente" ou "para trás", sempre de acordo com a direção correta que ela necessita. Nunca use termos como "ali", "lá", pois esse tipo de informação não será útil para ela. (SASSAKI, 2005, não paginado).

No caso de precisar falar uma distância do deficiente visual até um ponto específico, indique as distâncias em metros. Por exemplo: "Uns 10 metros para frente". (SASSAKI, 2005, não paginado).

Se for a um lugar desconhecido para a pessoa cega, diga-lhe como as coisas estão distribuídas no ambiente ao seu redor, nomeando objetos e portas pelas posições como por exemplo: "direita", "esquerda", "à frente", "atrás", "a dois metros de distância". Com essas informações o deficiente visual se adaptará rapidamente ao local. (SASSAKI, 2005, não paginado; ASSOCIAÇÃO DE CEGOS LOUIS BRAILLE, 2016, não paginado).

Nunca deixe uma porta entreaberta, pois o deficiente visual poderá se esbarrar e acabar se machucando. As portas devem estar totalmente abertas ou completamente fechadas. Se possível, deixe os corredores livres de obstáculos e avise-o caso a mobília for mudada de lugar. (SASSAKI, 2005, não paginado).

Ao se dirigir a um deficiente visual, se possível o chame pelo nome, por alguma característica que ele possua, ou então o toque levemente logo após cumprimentá-lo ou de dirigir alguma palavra, pois ele provavelmente estará em alerta e não se assustará com o seu toque. Essas recomendações são necessárias principalmente se houver outras pessoas no local além dele. (AJIDEVI, 2013, não paginado).

Identifique-se ao falar com uma pessoa cega, principalmente nas primeiras vezes que você a encontra, para que ela memorize o seu nome e a sua voz. Assim como também se identifique se o local for barulhento ou se você só a encontra de vez em quando. Pois nem sempre ela vai identificar a voz de quem está falando. (SASSAKI, 2005, não paginado; FREITAS, 2017, não paginado).

Ao apresentar uma pessoa cega a alguém, faça com que ela fique de frente para a pessoa a quem você está apresentando, assim evita que o deficiente visual estenda a mão para o lado oposto que se encontra a outra pessoa. (SASSAKI, 2005, não paginado).

Quando for conversar com um deficiente visual, se dirija diretamente a ele e não por intermédio de outra pessoa. A pessoa cega é capaz de ouvir e falar assim como você. Não tenha receio de usar palavras como "veja", "olhe" e "cego"; use-as, pois os deficientes visuais também as usam. (SASSAKI, 2005, não paginado; FREITAS, 2017, não paginado).

Ao se aproximar de um deficiente visual, o cumprimente. Pois assim ele poderá interagir com você e ao sair, avise-o, para que ele não fique constrangido falando sozinho. (SASSAKI, 2005, não paginado).

Seguindo essas dicas, você estará contribuindo para um mundo mais inclusivo. Lembre-se, que apesar de suas limitações, o deficiente visual tem os mesmos direitos de levar uma vida social assim como as outras pessoas, portanto, não o impeça, pelo contrário, o ajude no que for necessário. São pequenas atitudes como essas, que criam grandes mudanças no cotidiano das pessoas com deficiência visual.

3. O CENTRO DE APOIO PEDAGÓGICO PARA ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL (CAP)

Neste capítulo será abordado sobre o Centro de Apoio Pedagógico para atendimento às pessoas com deficiência visual (CAP). Uma instituição de referência em Sergipe, voltada para o atendimento especializado de pessoas cegas e de baixa visão. Inicialmente será apresentada a história da instituição no Brasil, depois em Aracaju e em seguida sobre os principais conteúdos que estão diretamente e indiretamente relacionados com as aulas de música do CAP.

3.1. O SURGIMENTO DO CAP NO BRASIL

O Centro de Apoio Pedagógico para atendimento às pessoas com deficiência visual (CAP) é uma unidade de serviço voltada para o atendimento especializado a pessoas cegas e de baixa visão. O CAP visa dar suporte e apoio pedagógico tanto a alunos com deficiência visual, como aos professores da escola regular, bem como contribui no processo de inclusão escolar e social. (BRUNO; MOTA, 2001, p. 109).

Segundo Pereira (2010, p. 47), o centro atende preferencialmente alunos deficientes visuais matriculados em escolas de educação básica, pessoas cegas e de baixa visão da região, dentre outros. Nesse contexto, fica evidente que o CAP é, sem dúvida, um centro de suma importância para a vida inclusiva de um deficiente visual na sociedade.

Ao analisar o histórico educacional dos deficientes visuais no Brasil, é possível observar fatos que são recentes em termos de iniciativas, e problemas que vêm desde datas muito distantes. Diante da realidade educacional que o país vivia e ainda vive, na dificuldade de incluir o deficiente visual no ambiente escolar e social, surgiu a ideia de se criar um serviço de atendimento educacional de qualidade que pudesse atender as especificações desse público. (PEREIRA, 2010, p. 37).

Devido à problemática dessa área, especialmente a falta de recursos e materiais específicos para a leitura e escrita Braille, de acordo com Bruno (1997, p. 27), o projeto CAP foi elaborado em 1994 pela Secretaria da Educação e Fundo Social de

Solidariedade do estado de São Paulo. Esse projeto foi uma alternativa para atender às necessidades educacionais desses alunos e da comunidade em geral.

De acordo com Bruno (1997, p. 23), alguns pontos cruciais para a criação do CAP foram que o poder público não cumpria os direitos constitucionais e de cidadania que garantiam o acesso e a permanência do aluno com deficiência visual na escola pública, os professores não possuíam salas de recursos, não eram capacitados nem tinham materiais adequados para se trabalhar com esse público, principalmente nos municípios.

Apesar de diversas reclamações e empasses, em 17 de maio de 1994 finalmente se concretiza a implantação do primeiro Centro de Apoio Pedagógico para atendimento às pessoas com deficiência visual do país, na cidade de São Paulo. (RESENDE, 2007, p. 39).

De acordo com Pereira (2010, p. 38), devido aos equipamentos específicos serem importados, foi proposto que se criasse um CAP em cada estado para suprir as necessidades de seus municípios. A ideia era que, com o projeto, diminuísse a taxa de analfabetismo entre os deficientes visuais por meio da aquisição de equipamentos e domínio dos recursos que possibilitassem desenvolver um melhor aprendizado. Também é importante ressaltar que o CAP contribuiria promovendo maior conhecimento aos professores, famílias e comunidade em geral. (PEREIRA, 2010, p. 38).

A implementação do CAP no estado de São Paulo foi tão bem-sucedida, que posteriormente, em 1996, o projeto foi redimensionado para a Secretaria da Educação do estado do Mato Grosso do Sul e apresentado à Secretaria Nacional de Educação Especial. Desse modo, no ano seguinte, o projeto se expande e passa a ser implementado em outros estados do país.

Conforme Pereira (2010, p. 40-41), mais tarde o projeto CAP foi transferido para o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o qual teria a missão de implantar um centro em cada unidade federativa. Em 2011 a proposta foi cumprida e tornou-se uma grande política voltada para a área da deficiência visual no país. Porém, eram necessárias as parcerias estaduais e municipais, pois se tratava de uma política pública constituída por meio de segmentos sociais, governamentais e não governamentais, bem como a sociedade em geral.

É importante ressaltar que, antes de serem implementados os Centros Pedagógicos para o atendimento especializado aos deficientes visuais no Brasil, o

que predominava era o atendimento educacional em classes especiais, em centros de educação especial ou integrados e salas de aula de ensino regular com apoio de sala de recursos. (PEREIRA, 2010, p. 41).

Conforme descrito por Prado (2013, p. 48), o Centro de Apoio Pedagógico para atendimento às pessoas com deficiência visual é resultado da parceria de diversas entidades, tais como: o Instituto Benjamin Constant (IBC)¹⁴, União Brasileira de Cegos (UBC)¹⁵, Fundação Dorina Nowill para Cegos¹⁶ e Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais (ABEDEV)¹⁷.

Dessa forma, o projeto CAP ganhou força e foi se expandindo em todo o Brasil, contribuindo assim para inclusão do deficiente visual tanto no ambiente escolar, quanto na sociedade em geral, melhorando o suporte e apoio pedagógico aos alunos e professores na escola comum e sala de recursos, bem como ajudando no processo de adaptação curricular.

3.2. O CAP EM ARACAJU-SE E A MUDANÇA DE NOMENCLATURA DE CAP PARA COEPD

Sendo o único de Sergipe, o Centro de Apoio Pedagógico para atendimento às pessoas com deficiência visual de Aracaju surgiu com o mesmo propósito de melhorar

¹⁴ O Instituto Benjamin Constant é um órgão especializado na área da deficiência visual e que foi criado no Rio de Janeiro pelo Imperador Dom Pedro II em 1854, inicialmente com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos. O IBC é um centro de referência nacional na área da deficiência visual. É importante ressaltar, que essa instituição também é um centro de referência e de formação para os professores do COEPD/CAP de Sergipe. O IBC oferece principalmente atendimento educacional e reabilitacional, capacitação profissional na área da deficiência visual, dá assessoria a escolas e instituições, produz e distribui impressos em braille e no formato para baixa visão, realiza consultas oftalmológicas à população, publicações científicas dentre outros. Informação disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/o-ibc>>. Acesso em: 30 out. 2019.

¹⁵ “União Brasileira de Cegos, fundada em 1924, é uma instituição de utilidade pública que tem como objetivo o atendimento da pessoa com deficiência visual de forma Integral: Reabilitação, Profissionalização e Inserção no Mercado de Trabalho.” (PRADO, 2013, p. 48).

¹⁶ “A Fundação Dorina Nowill para Cegos é uma instituição filantrópica voltada para a inclusão de pessoas com deficiência visual. Fundada em 11 de março de 1946 em São Paulo por Dorina Nowill, a instituição tem como objetivo primordial a produção e distribuição de livros em Braille.” (PRADO, 2013, p. 48).

¹⁷ “Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais é uma associação civil, sem fins lucrativos, que agrupa profissionais que atuam nas áreas da educação, reabilitação e assistência social de pessoas com deficiência visual.” (PRADO, 2013, p. 48).

a qualidade do atendimento educacional especializado, bem como o apoio à inclusão do deficiente visual na sociedade.

Figura 1: Fachada do COEPD/CAP



Fonte: Acervo pessoal de Teresa Criscuolo

Atualmente em 2019 o Centro de Apoio Pedagógico para atendimento às pessoas com deficiência visual de Sergipe (CAP) é coordenado pela professora pedagoga especialista, Joana Darc, que está há nove anos na direção. Apesar de anteriormente não ter trabalhado com deficientes visuais, vem se dedicando e fazendo um ótimo trabalho. Segundo Joana, depois que ela foi para o CAP, passou a entender, estudar e fazer alguns cursos para acompanhar os alunos em outros sentidos que não fosse apenas na parte administrativa (Informação verbal)¹⁸.

Diante da necessidade de um local adequado para trabalhar com o atendimento especializado aos deficientes visuais em Sergipe, a coordenadora do CAP, Joana Darc, ressalta que foi através da Associação Brasileira de Educadores de Deficientes visuais (ABIDEVE) juntamente com o Ministério da Educação que fizeram a proposta de criar um CAP em Sergipe, porque até então não tinha sido regulamentado pelo

¹⁸ DARC, Joana: depoimento [05 nov. 2019]. Entrevistador: José Gilvan Silva dos Santos, entrevista feita por questionário, Aracaju, 2019. Todas as informações e falas da coordenadora presentes nesta monografia foram colhidas em 05 de novembro de 2019.

poder público um espaço para trabalhar com pessoas cegas e de baixa visão no estado (Informação verbal).

Ainda de acordo com Joana Darc, a proposta foi mandada para todas as secretarias de educação do estado para que se abrisse um CAP no estado de Sergipe. A prefeitura municipal de Aracaju foi quem recebeu e deu todo apoio para que fosse instalado. O estado na época não teve interesse, pois não era obrigatório então o município abraçou a causa e fez todos esforços para montar o CAP (Informação verbal).

Segundo Prado (2013, p. 49), "no ano de 1997, o Secretário Municipal de Educação, Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento", queria muito implementar o projeto CAP em Aracaju, porém, com recursos municipais. Entretanto, o MEC, que já estava no comando do projeto, no momento só prestava apoio às secretarias estaduais e instituições públicas não governamentais.

Ainda, de acordo com Prado (2013, p. 50), as especialistas em deficiência visual Marilda Bruno e Marilene Ribeiro dos Santos, com aval do secretário de educação, foram enviadas a Brasília com o propósito de solicitar recursos ao MEC para a implementação de um CAP em Aracaju. Para o bem dos deficientes visuais, o pedido foi aceito.

Diante disso, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) solicitou um local apropriado à Secretaria Municipal de Educação (SEMED) para o funcionamento da unidade de ensino, que prontamente foi atendida. Com isso, o MEC enviou os materiais e equipamentos necessários para dar início ao funcionamento do CAP em Aracaju (PRADO, 2013, p. 50).

O CAP foi inaugurado em 12 de novembro de 1998, na gestão do ex-prefeito João Augusto Gama, e desde então está em pleno funcionamento dando apoio inclusivo e educacional especializado aos deficientes visuais. Embora o CAP de Aracaju seja o único do país mantido por uma administração municipal, atende todos os deficientes visuais de todo o estado de Sergipe. Segundo Genivaldo, um dos primeiros alunos do CAP, havia um boato na época de que o prefeito só deu apoio ao CAP porque o ex-prefeito tinha um parente próximo que era cego. (Informação verbal).

Inicialmente, o Centro de Apoio Pedagógico para atendimento às pessoas com deficiência visual de Aracaju foi inaugurado em um prédio na Rua Leonel Curvelo, no bairro Suíça. Porém, em 2004, o CAP mudou-se para Rua Leonardo Leite (antiga Vila Cristina) no 194, bairro São José, onde permanece atualmente.

O trabalho do CAP em Aracaju iniciou timidamente, apenas com quatro alunos deficientes visuais, dois cegos e dois com baixa visão. Três meses depois após a sua inauguração, especificamente em fevereiro de 1999, o CAP ganha maior divulgação e aumenta sua demanda. "O atendimento inicial era conseguido pela professora Maria Julia que, ao mesmo tempo, atendia as atividades administrativas." (SANTOS FILHO; OLIVEIRA, 2011, não paginado).

De acordo com Joana Darc, em 2019 o CAP está com o total de 126 alunos, mas frequentando mesmo são em média de 106. Joana ainda relata que no turno vespertino, por conta de logística de quem mora no interior e depende de transporte, a frequência é bem menor. (Informação verbal). Um grande problema que ocorre é que os alunos, por vezes, acabam faltando as aulas por conta de problemas ou atrasos dos transportes oferecidos pelos municípios. Com isso, acabam impossibilitando o acesso ao CAP, o que dificulta o desenvolvimento educacional.

É importante ressaltar que o CAP de Aracaju é diferente dos outros CAP. Os outros CAP são voltados à produção de materiais em Braille e oferecer cursos de formação em Braille, Soroban, Orientação e Mobilidade etc. O CAP de Sergipe também oferece formação e produção de material, só que numa escala menor. O foco mesmo está no atendimento especializado aos alunos deficientes visuais, pois há uma maior demanda nesse tipo de atendimento.

De acordo com Joana Darc, isso se deu porque em Sergipe não havia nenhum local para os deficientes visuais aprenderem essas atividades como o Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban etc., que eram necessárias para o seu cotidiano. Com isso, o CAP passou a fazer atendimentos. (Informação verbal). Esse trabalho foi e está sendo muito importante, pois possibilitou uma melhor qualidade de vida para os deficientes visuais de Sergipe.

Ainda de acordo com Joana, na época, os outros estados já tinham ONGs, associações que faziam esse atendimento, e em Sergipe não. Como havia a necessidade desse atendimento, optaram por fazer e depois não teve como mudar isso. (Informação verbal). Assim, o CAP de Aracaju continua focado em atendimentos, enquanto os outros estão voltados apenas em produzir materiais e ministrar cursos de especialização, ou seja, os outros CAP não possuem alunos frequentando como ocorre no de Sergipe.

O CAP oferece diversas aulas aos deficientes visuais, dentre elas: leitura e escrita Braille¹⁹, Soroban²⁰, Informática²¹, Estimulação Precoce²², Educação Física adaptada²³, Orientação e Mobilidade²⁴, aulas de Música²⁵ e Modelagem²⁶. Todas essas atividades com o objetivo de facilitar a vida da pessoa com deficiência visual.

Segundo a coordenadora, Joana Darc, "a estimulação precoce, é o coração do CAP". (Informação verbal). Desde cedo as crianças vão ser estimuladas a reconhecer uma variedade de objetos que serão fundamentais para o seu desenvolvimento. Joana ressalta que o CAP recebe crianças a partir de um mês de vida, que quanto mais cedo, melhor. A criança que chega no CAP com três meses, ela tem muito mais possibilidade para se desenvolver de que aquela que chega com 10 anos. (Informação verbal).

Atualmente o CAP possui os seguintes equipamentos técnicos para o atendimento aos seus alunos: computador, impressora em tinta e em Braille, régua de madeira para a utilização no trabalho da leitura e escrita Braille, regletes²⁷, Soroban, lupas, teclados, caixas de som, microfone, outros materiais que são necessários para a estimulação visual etc.

De acordo com Joana Darc, o que o CAP possui mais são recursos criados pelos professores, como por exemplo, na alfabetização do Braille, a professora criou um material com cada letra em Braille, a mesma letra escrita convencional e a figura de

¹⁹ O Braille é um sistema de escrita em relevo utilizado por pessoas cegas. É fundamental aos deficientes visuais, pois abre portas para a leitura e a escrita.

²⁰ O Soroban é uma espécie de ábaco adaptado para deficientes visuais, usado para fazer cálculos matemáticos.

²¹ Informática utilizando leitores de tela, que falam o conteúdo da tela com voz sintetizada.

²² A Estimulação Precoce é essencial logo nos primeiros anos de vida de uma criança cega. Elas são estimuladas a reconhecer uma variedade de objetos através do tato, além de possibilitar um melhor desenvolvimento das potencialidades psicomotoras, cognitivas e sensoriais.

²³ A Educação Física adaptada é essencial para o corpo, trabalha o equilíbrio, melhora a socialização com as outras pessoas, dentre outros benefícios para a saúde. As aulas de Educação Física são coletivas e não individualmente como são a maioria das outras aulas do CAP.

²⁴ A Orientação e Mobilidade auxiliam o deficiente visual a perceber o ambiente que o cerca, ajuda em sua locomoção utilizando bengala etc.

²⁵ O CAP em Sergipe oferece aulas de teclado, flauta doce e musicografia braille. A música é também de fundamental importância, a música abre portas, abre caminhos.

²⁶ A Modelagem é o trabalho com argila, onde os deficientes visuais vão aprender a fazer objetos de artesanato.

²⁷ A reglete é um instrumento usado para a escrita em Braille dos deficientes visuais. Trata-se de uma prancha com um prendedor de papel na parte superior e com alguns orifícios nas laterais para encaixar a régua na horizontal. A régua possui pequenos furos, onde usa-se o punção (objeto com a ponta de metal) para perfurar o papel e assim, formar os pontos em relevo. A escrita Braille na reglete é feita da direita para esquerda, pois a parte em relevo ficará no outro lado do papel. Depois vira-se o papel e se ler da esquerda para a direita.

um objeto que se inicia com aquela letra, todos em relevo para facilitar o ensino do Braille (Informação Verbal).

Ainda de acordo com Joana Darc, "os professores do CAP conseguem reunir duas coisas importantes para um professor. Eles têm a qualificação e algo muito importante que é a vontade de fazer, o compromisso em fazer" (Informação verbal). Isso mostra que os professores do CAP têm prazer de se dedicar não só a sua profissão, mas também aos deficientes visuais.

Atualmente as instalações do CAP são alugadas pela Prefeitura Municipal de Aracaju. Joana Darc descreve que já pensaram em sair para um espaço melhor, só que devido aos alunos já terem a orientação e mobilidade pronta e saberem ir ao CAP sozinhos, acharam melhor continuar na mesma localidade, pois facilita o acesso dos deficientes visuais (Informação verbal).

Ainda de acordo com Joana, esse trabalho de preparar os deficientes visuais para ir ao CAP sozinhos é muito difícil de se fazer, ainda mais quando há alguns idosos, que tem muito mais dificuldade, é provável que alguns acabariam desistindo. Outro fator importante é que a localidade do CAP também facilita para quem vem de ônibus (Informação verbal). Ou seja, uma mudança de endereço para um deficiente visual na maioria das vezes é muito complicada, pois há todo um processo de adaptação do deficiente visual para o novo roteiro, e isso é um processo lento.

O CAP funciona de segunda a sexta, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h. Os alunos matriculados frequentam o CAP em média uma ou duas vezes por semana, em horário oposto ao da escola regular que estão atualmente. São analisadas as necessidades de cada aluno e, com base nisso, as aulas são preparadas de modo que possa atender as especificidades do aluno.

No ato da matrícula é solicitado ao aluno um relatório detalhando seu grau de deficiência visual, bem como é avaliado pela equipe do Centro de Apoio, em que levará em conta o nível da deficiência, se está estudando no ensino regular e a idade. É importante ressaltar, que embora leve em conta a idade, o CAP aceita alunos independentemente de sua faixa etária e grau de escolaridade. (PREFEITURA DE ARACAJU, 2017, não paginado)²⁸.

Dessa forma, a instituição dá prioridade aos alunos com cegueira total, pois necessitam de um cuidado maior, assim como as crianças, que precisam desde cedo

²⁸ Disponível em: <<https://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=37576>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

se preparar para inclusão na vida escolar e na sociedade. Também prioriza o atendimento aos deficientes visuais que estejam matriculados em escolas do ensino fundamental, médio ou superior. (PREFEITURA DE ARACAJU, 2017, não paginado).

Um diferencial da instituição é que, comparando com uma escola regular, no CAP não existe provas bimestrais nem grau de série. Como as aulas em sua maioria são individuais, os professores conseguem atender melhor as especificidades de cada aluno, bem como acompanhar sua evolução. Diante disso, o professor vai ensinando de acordo com o ritmo do aluno e ao ver que ele já está dominando todo o conteúdo o comunica e dispensa da aula.

Segundo a coordenadora do CAP, Joana Darc, em 2015 o CAP mudou a nomenclatura para Coordenadoria de Apoio Educacional à Pessoa com Deficiência (COEPD), só que com predominância à cegueira ou baixa visão (Informação verbal).

A Coordenadoria de Apoio Educacional à Pessoa com Deficiência (COEPD) trabalha também com outras deficiências que estão associadas à visão, como surdez e microcefalia cerebral. Joana Darc ressalta que a instituição recebeu recentemente 11 crianças com microcefalia. (Informação verbal).

Segundo Joana Darc, o único CAP que mudou a nomenclatura foi o CAP de Aracaju que em 2015 passou a se chamar COEPD, através de um decreto municipal. Mas preferiram usar a nomenclatura COEPD/CAP, porque a relação entre o Ministério da Educação está sendo enquanto CAP e as pessoas conhecem mais a nomenclatura CAP (Informação verbal). Outro fator importante é que o CAP tem vários anos de existência, ou seja, toda uma história por trás disso.

Perguntado à coordenadora, qual foi o motivo dessa mudança de CAP para COEPD? Joana relata:

os nossos governos pretendem fazer mudanças, eles acreditam que fazendo mudanças eles estão melhorando alguma coisa. Aí resolveram mudar o nome. Foi um organograma do atual prefeito daquela época. O propósito continuou o mesmo, as atividades continuaram as mesmas. (Informação verbal).

Desde o seu surgimento, o COEPD/CAP é mantido com verba da prefeitura municipal de Aracaju. De acordo com Joana Darc, deveria ser da seguinte maneira:

na proposta inicial o Ministério da Educação ficaria cargo dos materiais tecnológicos e os materiais de custo maior. Esses materiais seriam: regletes, régua, bengalas, computadores, máquina termofórmica, máquina datilográfica Braille. Esse seria o papel do Ministério da Educação. (Informação verbal).

Ainda de acordo com Joana Darc, a prefeitura entraria com o prédio e a manutenção, os professores, lanche, e o material do expediente:

Mas infelizmente, desde o último governo do ex-presidente Lula, nós não recebemos mais nenhum tipo de material. Agora quando chega aluno aqui procurando bengala, nós vamos ou no Centro de Atenção à Saúde de Sergipe (Case), ou então a pessoa tem que comprar. Atualmente quem está arcando com todas as despesas do CAP é a prefeitura municipal de Aracaju, isso já a alguns anos. (Informação verbal).

Como aluno da referida instituição desde 2010, posso afirmar que realmente o CAP oferecia todos os materiais para seus alunos, isto é, todos os materiais que eram necessários para as aulas, bem como para o seu aprendizado. Inclusive, quando iniciei meus estudos no CAP ganhei os seguintes materiais: mochila, bengala, reglete, Soroban, assinador²⁹ e um uniforme do CAP.

Por acompanhar de perto o trabalho do CAP, foi possível notar ao longo do tempo não só o desempenho dos professores e funcionários em suas áreas de atuação, como também no incentivo dado aos alunos deficientes visuais para seguirem em frente em busca de seus objetivos. O COEPD/CAP mostra aos seus alunos que todos eles têm capacidade tanto quanto uma pessoa vidente.

Durante os dez anos que frequento o CAP adquiri não só conhecimento, como também muitos amigos. A referida instituição é como uma segunda casa, onde todos são unidos, se ajudam e se respeitam. No CAP não tem distinção de classe social nem de cor. O convívio com os professores, funcionários e colegas deficientes visuais é excelente.

Em entrevista, foi perguntado aos alunos o que o CAP trouxe de positivo ou negativo para suas vidas, os quais responderam: "uma nova vida, a vontade de viver, desenvolvimento, independência, a inclusão, as aulas e trouxe o conhecimento com outros colegas cegos" (Informação verbal). Não foram citados pontos negativos.

Quem passa a frequentar a instituição, não quer mais sair de lá, sempre procuram uma forma de pegar outras aulas com o intuito não só do conhecimento, mas também de manter sua presença por mais tempo no Centro de Apoio, sendo

²⁹ O assinador é uma placa metálica retangular com uma abertura vazada ao centro (semelhante ao espaço entre as linhas de um caderno), para guiar a escrita convencional em tinta de um deficiente visual. É comumente usado para assinar documentos, cheques e outras coisas que se julgue necessário.

assim uma forma de terapia. Isso é essencial, pois ajuda no aprendizado e no convívio social, já que muitos acabam se isolando em suas casas por conta da deficiência.

Apesar de não citarem pontos negativos, sugeriram que a instituição tivesse uma maior divulgação por meios de comunicação, pois muitos relataram que desconheciam a existência do CAP. Também sugeriram que a instituição tivesse um espaço maior, uma boa estrutura e mais funcionários (Informação verbal).

Ainda em entrevista, os alunos citaram que o CAP possui muitos pontos positivos, entre eles: "o papel de incluir o deficiente visual na sociedade, a receptividade, o incentivo e a ajuda em levantar a autoestima" (Informação verbal). Como podemos ver, o CAP é de grande relevância para a vida e inclusão dos deficientes visuais.

Durante o tempo que frequento o CAP participei de poucas aulas, mas que foram fundamentais para a minha vida. Dentre elas, aulas de Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban e Música. Por morar em outro município, especificamente na cidade de Lagarto, só tive como frequentar o COEPD/CAP às terças-feiras pela manhã, pois o município só disponibiliza o transporte um dia por semana.

Felizmente, em sua maioria, os alunos que frequentam o COEPD/CAP e são de outras cidades recebem o auxílio das prefeituras municipais de cada localidade, que disponibilizam transporte para o deslocamento dos deficientes visuais. Porém, em alguns casos, apenas uma vez por semana e não duas vezes como é recomendado pela instituição. Os alunos que são de Aracaju costumam se deslocar à unidade de ensino de ônibus ou táxi. Alguns já são independentes e conseguem ir sozinhos, outros necessitam de alguém para acompanhá-los.

Assim, a Coordenadoria de Apoio Educacional à Pessoa com Deficiência (COEPD) vem funcionando, atendendo à demanda e dando suporte personalizado ao público cego e de baixa visão de todo o estado, melhorando sua qualidade de vida auxiliando na adaptação ao processo pedagógico, bem como contribuindo no processo de inclusão social.

3.3. CONTEÚDOS QUE CONTRIBUEM DIRETA E INDIETAMENTE PARA AS AULAS DE MÚSICA DO COEPD/CAP

3.3.1. Sistema Braille

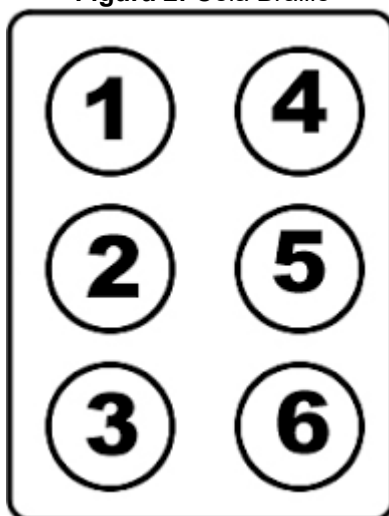
O Braille é um sistema de leitura e escrita em relevo destinado aos deficientes visuais criado pelo francês Louis Braille no ano de 1825. Esse sistema tátil foi criado baseado no código secreto militar de Charles Barbier denominado "escrita nocturna" (FRANCO; DIAS, 2005, não paginado). O Braille recebeu esse nome devido ao seu criador Louis Braille, que perdeu a visão em um acidente na oficina de seu pai quando criança.

Segundo Cerqueira (2009), Lemos (1999) e Sena (2007), o Sistema Braille chegou ao Brasil no ano de 1850 através de José Álvares de Azevedo³⁰ e, a partir de 1854, passou a ser utilizado de forma oficializada no processo de educação de pessoas cegas na primeira escola especializada da América Latina, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant, situado na cidade do Rio de Janeiro.

Esse sistema está baseado na combinação de seis pontos em relevo, dispostos em duas colunas verticais e paralelas de três pontos cada, as quais são enumeradas da seguinte forma: a primeira coluna, do lado esquerdo e de cima para baixo, são os pontos 1, 2 e 3, e a segunda coluna, do lado direito, também de cima para baixo, pontos 4, 5 e 6. O espaço que produz todos os símbolos Braille é chamado de cela Braille, conforme mostra a figura a seguir:

³⁰ José Álvares de Azevedo (Rio de Janeiro, 8 de abril de 1834 - 17 de março de 1854) foi o primeiro professor cego brasileiro, responsável pela introdução do Sistema Braille no Brasil e considerado o "Patrono da educação de cegos no Brasil". Azevedo também foi o idealizador da primeira escola para o ensino de cegos no Brasil, o Imperial Instituto de Meninos Cegos (hoje, Instituto Benjamin Constant) inaugurado em 17 de setembro de 1854 e que foi inspirado na escola que ele havia estudado na França durante seis anos, conhecida por Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris, (única escola especializada na educação de cegos que havia no mundo). Escola essa, que também estudou Louis Braille, época em que o seu sistema de leitura e escrita estava em fase de experimentação. Informação disponível em:

<<http://www.ibc.gov.br/fique-por-dentro/677-alvares-de-azevedo-o-disseminador-no-brasil>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

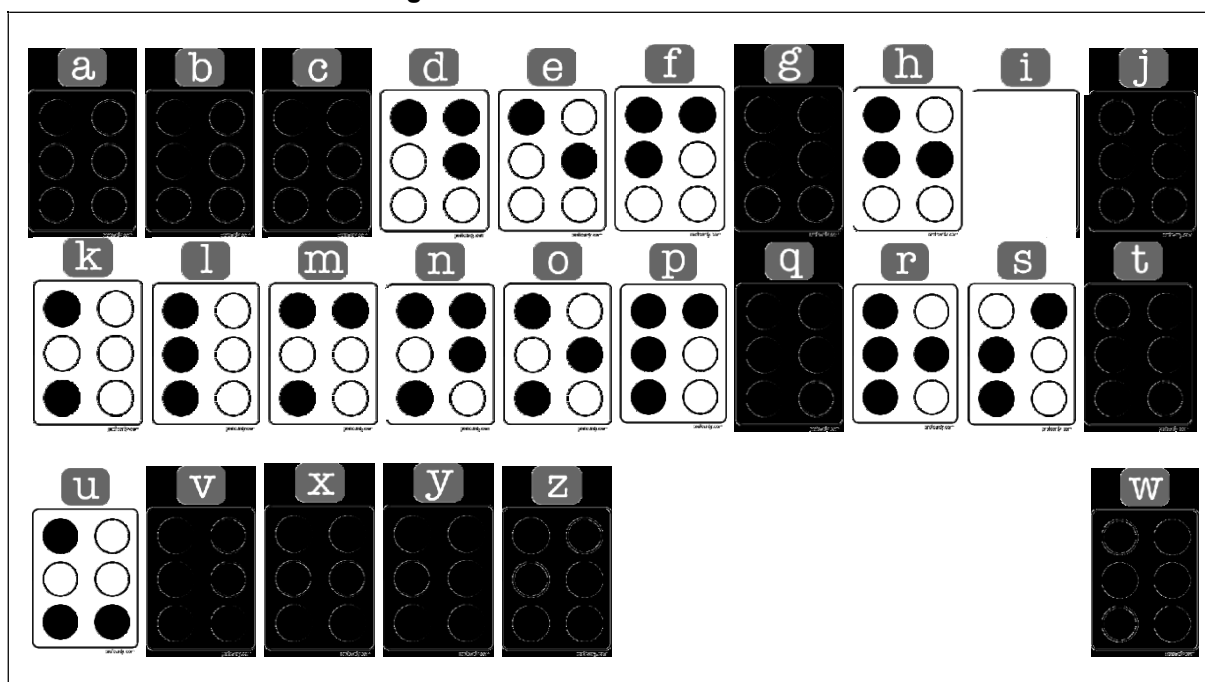
Figura 2: Cella Braille

Fonte: Carvalho Filho (2018, p. 24)

Com a combinação desses seis pontos foi possível gerar 63 diferentes caracteres, os quais podem ser usados para representar todo o alfabeto, números, símbolos matemáticos, químicos, físicos e a notação musical. (TUDISSAKI, 2014, p. 75). Para uma melhor compreensão da escrita do Sistema Braille, antes temos que entender os códigos que formam o sistema alfabético em Braille.

As combinações que dão origem às primeiras dez letras do alfabeto (A a J) se utilizam apenas dos quatro pontos superiores (1-2-4-5). As combinações que dão origem às dez letras seguintes (K a T) acrescentam o ponto três no canto inferior esquerdo a cada uma das dez primeiras letras. Já as últimas cinco letras do alfabeto (U a Z) acrescentam ambos pontos inferiores três e seis às cinco primeiras letras, à exceção da letra W, que foi acrescentada posteriormente ao alfabeto francês, e por isso não segue essa regra. (CARVALHO FILHO, 2018, p. 24).

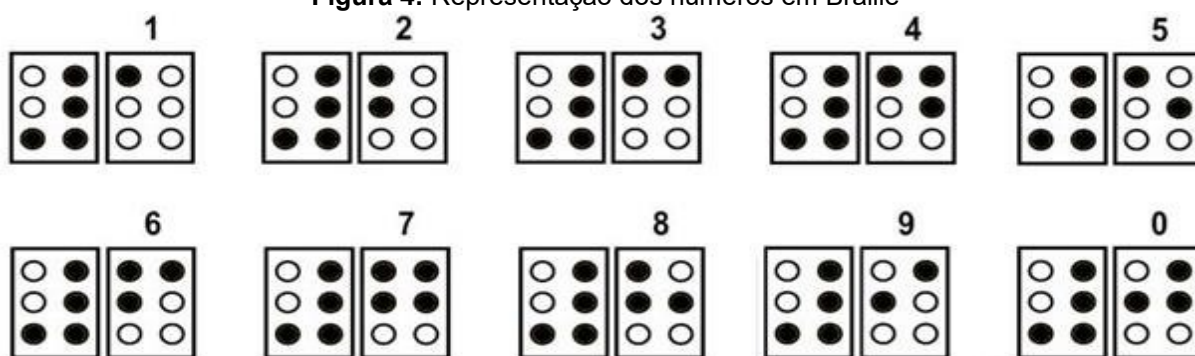
Figura 3: Sistema alfabético em Braille



Fonte: Carvalho Filho (2018, p. 24)

Para representar os números positivos são usadas duas ou mais celas. A primeira cela será um sinal de número que vai indicar que o que vem depois será lido como número e as demais celas serão os valores que serão representados pelas letras do alfabeto de (A) a (J), ou seja, a letra (A) será o número 1, letra (B) número 2 e assim sucessivamente até a letra (I) que será o número 9 e a letra (J) será o número 0 podendo assim ser formado qualquer número, bastando colocar os valores em seguida sem pular cela e sem precisar novamente repetir o sinal de número formado pelos pontos (3, 4, 5 e 6). Para representar os números negativos acrescenta-se os pontos (3 e 6) em uma cela antes do sinal de número. A seguir veremos a representação dos números naturais:

Figura 4: Representação dos números em Braille



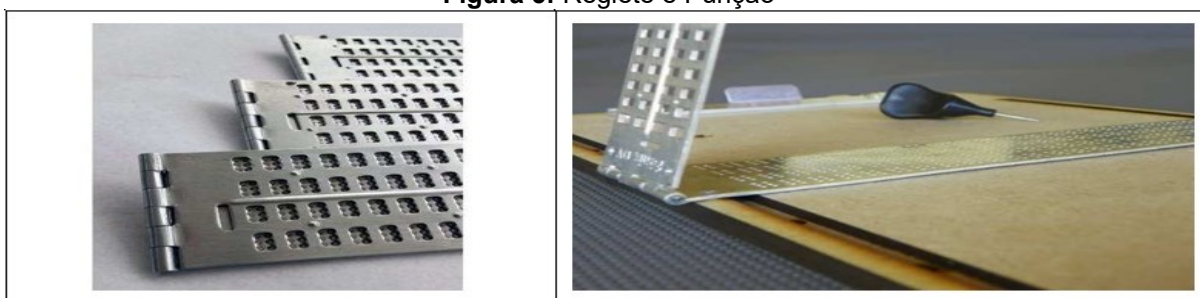
Fonte: Queiroz (2014, p. 11)

No ocidente, 26 sinais são utilizados para o alfabeto; dez para os sinais internacionais de pontuação e os 27 sinais restantes destinam-se às especificidades de cada idioma - letras acentuadas e para abreviaturas. (CARVALHO, 2010, p. 16).

A escrita Braille é realizada em um papel mais grosso e pode ser escrito usando reglete e punção, máquina datilográfica Braille, além do computador e da impressora Braille. A leitura do Braille é feita da esquerda para a direita como na escrita em tinta e os deficientes visuais leem com a ponta do dedo indicador de uma das mãos.

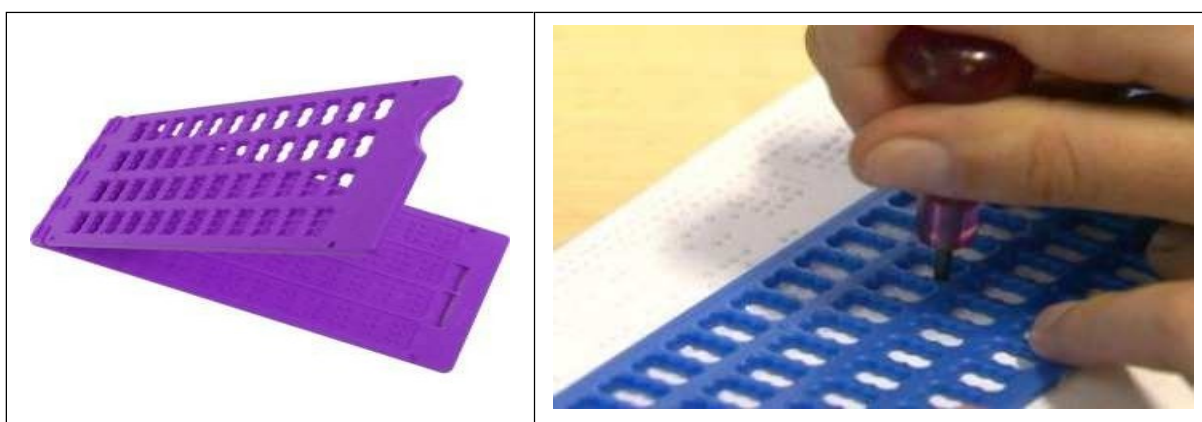
A reglete consiste em uma régua dupla, unida por dobradiças, de modo a permitir a introdução de papel com uma gramatura superior a 120g. A régua superior apresenta os retângulos vazados (cada um compreendendo seis pontos, que configuram a cela Braille) e a inferior possui, em baixo-relevo, a configuração da cela braille. Já o punção, é um objeto pontiagudo utilizado para perfurar o papel nos pontos previamente delineados pela reglete (TUDISSAKI, 2014, p. 85).

Quando se utiliza a reglete, a escrita é feita da direita para a esquerda, a fim de que seja lido corretamente quando o papel for virado. Na escrita com a reglete, os pontos da cela Braille passam a ser enumerados da seguinte forma: a primeira coluna, do lado direito e de cima para baixo, são os pontos 1, 2 e 3, e a segunda coluna, do lado esquerdo, também de cima para baixo, pontos 4, 5 e 6.

Figura 5: Reglete e Punção

Fonte: Carvalho Filho (2018, p. 25)

Semelhante a reglete acima, foi criada a reglete positiva, no entanto, a escrita é feita da esquerda para a direita, não precisando virar a folha para fazer a leitura. Os pontos são enumerados da seguinte forma: a primeira coluna, do lado esquerdo e de cima para baixo, são os pontos 1, 2 e 3, e a segunda coluna, do lado direito, também de cima para baixo, pontos 4, 5 e 6.

Figura 6: Reglete positiva e punção

Fonte: Carvalho Filho (2018, p. 26)

Além da reglete e do punção, é comum o uso da máquina datilográfica Braille, composta por 7 teclas: seis para os 6 pontos em Braille e uma para o espaço. O acionamento de uma ou mais teclas simultaneamente produz a combinação dos pontos em relevo, formando os símbolos em Braille. A vantagem dessa máquina é que a escrita é mais rápida e menos cansativa que a da reglete, além da possibilidade de poder ler as celas logo após sua escrita.

Figura 7: Máquina *datilográfica Braille*



Fonte: Carvalho Filho (2018, p. 26)

Um outro recurso também utilizado é a impressora Braille, que faz as marcações do código Braille em papel apropriado para que a escrita em relevo, possa ser lida corretamente. No entanto, para o funcionamento da mesma é necessária a utilização de programas de computador (*softwares* específicos), como, por exemplo, o Braille Fácil, usado para edição e transcrição de textos convencionais em tinta para o Sistema Braille.

Figura 8: Impressora Braille



Fonte: Carvalho Filho (2018, p. 27)

Devido ao alto custo desse tipo de impressora, tanto de compra quanto de manutenção, nem todos conseguem ter acesso. Nesse caso é necessário o deficiente visual recorrer a alguma escola ou instituição que possua esse recurso, para que possa imprimir seus textos ou partitura em Braille.

De acordo com a professora de Braille Joanita Prado, que trabalha no COEPD/CAP há 12 anos, o aluno deficiente visual já poderá iniciar as aulas por volta dos 4 a 6 anos do pré-Braille, em que a criança cega vai ser estimulada com materiais táteis para facilitar a aprendizagem da leitura, materiais que possa manusear para desenvolver a percepção tátil e coordenar os movimentos das mãos, devendo adquirir as noções de esquerda, direita em cima e embaixo etc. As aulas de Braille podem ser iniciadas dos 7 a 8 anos de idade, e a iniciação na reglete depende principalmente da condição motora e maturidade do aluno.³¹

O Braille, além de ser muito importante para a vida educacional do deficiente visual, dando lhes acesso à leitura e à escrita, bem como ajudando sua inclusão na sociedade, também é fundamental para o aprendizado da Musicografia Braille, pois facilita a compreensão do conteúdo, como veremos no próximo tópico.

³¹ PRADO, Joanita: resposta ao e-mail [05 dez. 2019]. Entrevistador: José Gilvan Silva dos Santos, Aracaju, 2019.

3.3.2. Musicografia Braille

A Musicografia Braille é uma notação musical em relevo baseada no Sistema Braille. Através dela foi possível os cegos terem acesso à leitura e à escrita de todos os elementos musicais que contém em uma partitura convencional em tinta. O que possibilitou que eles estudassem música não só de ouvido, como também por meio da Musicografia Braille.

A Musicografia Braille foi criada por Louis Braille no ano de 1829 na França, baseado em seu sistema de leitura e escrita. Ano que ele publicou a primeira música usando a Musicografia Braille, a qual foi intitulada "*Procédé pour Écrire les paroles, La musique et la plainchant au moyen de points*" (Método para escrever as palavras, a música e o canto-chão, por meio de pontos) (TOMÉ, 2001, p.144).

Ao longo do tempo, a Musicografia Braille foi sofrendo alterações, de modo a deixá-la o mais próxima possível da partitura convencional em tinta. Após Braille ter definido os fundamentos da notação musical em relevo em 1834, "três compêndios sobre a notação musicográfica em braille foram posteriormente escritos, um na Inglaterra (1871), outro na Alemanha, (1879) e outro na França (1887)". (BONILHA, 2010, p. 21).

Pouco depois alguns países se uniram para estabelecer acordos entre a representação de determinados sinais:

uma comissão formada por quatro países, (França, Inglaterra, Alemanha e Dinamarca), realizou, em 1888, uma reunião em Colônia, na Alemanha, em que se estabeleceram acordos entre a representação de determinados sinais, (como tercinas, duplo ponto de aumento, prefixo para literação), e criaram-se regras para o uso dos sinais de oitava e para leitura de acordes. Considera-se que, nesta convenção, se tenham estabelecido de fato os fundamentos do código que se utiliza atualmente. (BONILHA, 2010, p. 22).

Diante das mais variadas modificações que a Musicografia Braille vinha passando naquela época, surgiu a necessidade de padronizar essa notação musical internacionalmente. Para isso, foi necessária a realização, em Paris, em 1929, de um novo congresso, no intuito de se unificar o código já existente. (BONILHA, 2010; TOMÉ, 2016).

Foi realizada outra reunião em Paris no ano de 1954, contando com a presença de 29 países. O objetivo era sempre de facilitar a leitura da Musicografia Braille pelos

cegos, ao mesmo tempo que contemplassem fielmente todos os elementos de uma partitura em tinta. (BONILHA, 2010; TOMÉ, 2016).

No início da década de 1980 foi criado Subcomitê de Musicografia Braille, pertencente ao Comitê de Cultura da União Mundial de Cegos. Com isso as reuniões passaram a ser mais frequentes, ocorrendo nos anos de 1982, 1985, 1988 e 1992, o que foi possível estabelecer maiores consensos sobre a transcrição Braille. (BONILHA, 2010; TOMÉ, 2016).

Com a padronização da Musicografia Braille, foi criado o Manual Internacional de Musicografia Braille, que foi publicado em Língua Inglesa em 1996, traduzido para Espanhol em 1999 e sendo finalmente publicado em Português em 2004. (BONILHA, 2010; TUDISSAKI, 2014; TOMÉ, 2016).

O modo de escrita da Musicografia Braille é o mesmo do Sistema Braille, ou seja, são seis pontos dispostos em duas colunas verticais e paralelas cada uma com três pontos que podem formar 63 combinações diferentes. A sua escrita pode ser feita usando reglete, máquina datilográfica Braille ou através do computador e a impressora Braille.

Diferentemente de uma partitura convencional em tinta, a Musicografia Braille não possui pentagrama. Todos os elementos musicais contidos são escritos de forma linear na horizontal e são lidos da esquerda para a direita. Os instrumentos musicais que são escritos em duas claves simultâneas, a exemplo do piano, na Musicografia Braille as partes da mão direita e esquerda são escritas separadamente, o que impossibilita a leitura simultânea de ambas as partes.

De acordo com Bonilha (2010, p. 14) para um melhor domínio da leitura e escrita musical em Braille, é imprescindível que a pessoa que vai ler tenha conhecimentos sobre escalas, tonalidades, formação de intervalos, padrões rítmicos etc., pois a Musicografia Braille é mais abstrata que a partitura convencional, por exemplo, na pauta, uma escala ascendente o movimento aparece concretamente.

Muitos aspectos da partitura se mostram visualmente claros para seu leitor, tais como: a classificação da peça como monofônica, polifônica ou homofônica, a densidade do trecho musical, a correspondência entre as vozes, a simultaneidade das notas, os desenhos e padrões rítmicos mais recorrentes. Na Musicografia Braille, essas características da peça são inferidas após um processo de abstração, necessariamente realizado pelo leitor. (BONILHA, 2010, p. 14-15).

Na Musicografia Braille, as notas musicais são escritas a partir dos símbolos que representam as letras (d), (e), (f), (g), (h), (i) e (j), que, por sua vez, também representam as colcheias, como será mostrado abaixo:

Figura 9: Sete notas musicais a partir do Dó central do piano, escritas em colcheias

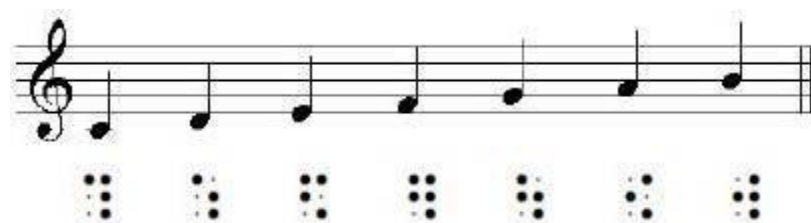


Fonte: Tudissaki (2014, p. 76)

Como podemos observar na representação das notas em colcheias, utiliza-se apenas a parte superior da cela, ou seja, os pontos 1, 2, 4 e 5, isto é, a base da escrita das notas musicais. Para alternarmos o valor das figuras, utilizamos os pontos 3, 6, ou 3 e 6 simultaneamente. Devido a limitação para representar a duração das figuras musicais, a mesma figura pode representar diferentes durações. O que vai diferenciar as figuras representadas pela mesma escrita serão os números de figuras que constam em cada compasso. Os compassos são separados por uma cela vazia.

Na próxima figura será apresentado as sete notas musicais escritas em semínimas ou semifusas, que são basicamente as mesmas notas escritas em colcheias, acrescidas do ponto 6:

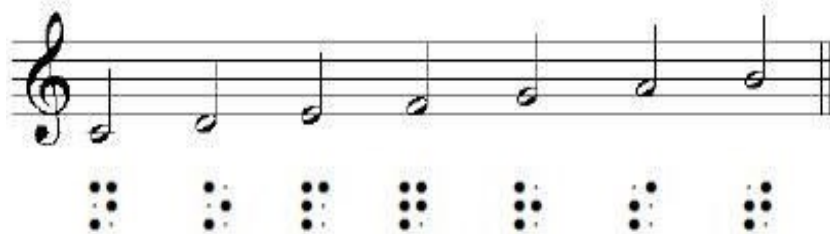
Figura 10: Sete notas musicais a partir do Dó central do piano, escritas em semínimas ou semifusas



Fonte: Tudissaki (2014, p. 76)

Na próxima figura, temos as sete notas musicais escritas em mínimas ou fusas. Essas figuras são, basicamente, as mesmas notas escritas em colcheia acrescidas do ponto 3:

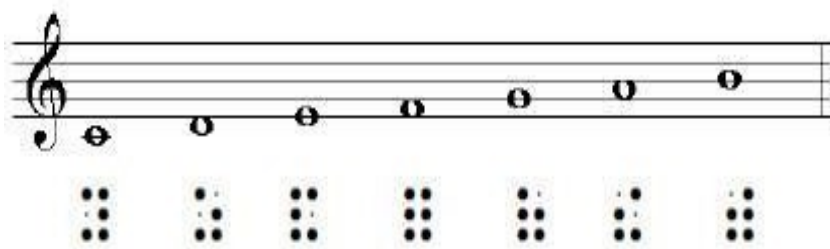
Figura 11: Sete notas musicais a partir do Dó central do piano, escritas em mínimas ou fusas



Fonte: Tudissaki (2014, p. 77)

A seguir, temos as sete notas musicais escritas em semibreves ou semicolcheias. É possível notar que essas figuras são as mesmas notas escritas em colcheias, acrescidas dos pontos 3 e 6:

Figura 12: Sete notas musicais a partir do Dó central do piano, escritas em semibreves ou semicolcheias



Fonte: Tudissaki (2014, p. 77)

A linha de raciocínio das pausas também é semelhante aos dos valores das notas musicais, ou seja, a mesma figura de pausa pode representar diferentes durações. O que vai diferenciar as figuras também serão os números de figuras que constam em cada compasso, como veremos logo a seguir:

Figura 13: Representação da pausa de colcheia

Fonte: Tudissaki (2014, p. 78)

Figura 14: Representação da pausa de semínima/semifusa

Fonte: Tudissaki (2014, p. 78)

Figura 15: Representação da pausa de mínima/fusa

Fonte: Tudissaki (2014, p. 78)

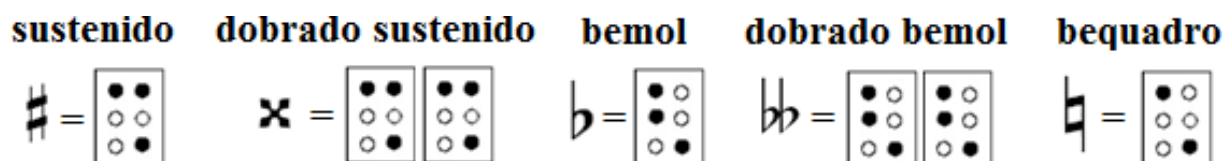
Figura 16: Representação da pausa de semibreve/semicolcheia

Fonte: Tudissaki (2014, p. 78)

Quando em um compasso não seja possível determinar com precisão o valor de uma nota ou pausa, como por exemplo, um compasso formado apenas por semínima e semifusa, recorre-se ao sinal de separação de valores ou aos sinais de valor maior ou menor, que deve ser inserido entre as figuras onde ocorre a mudança de valor. O separador de valores é representado por duas celas com os pontos 1, 2 e 6 na primeira cela, e o ponto 2 na segunda cela. Também pode-se fazer uso dos sinais de valores maiores (para semibreve, mínima, semínima e colcheia), que corresponde a três celas com os pontos 4 e 5 na primeira cela, pontos 1, 2 e 6 na segunda cela e ponto 2 na terceira cela. Para sinal de valores menores (semicolcheia, fusa e semifusa), usa-se três celas com o ponto 6 na primeira cela, pontos 1, 2 e 6 na segunda cela e ponto 2 na terceira cela. (NOVO MANUAL INTERNACIONAL DE MUSICOGRAFIA BRAILLE, 2004, p. 19-21).

Os sinais de alteração ou acidentes, na Musicografia Braille são colocados antes das notas, conforme a figura a seguir:

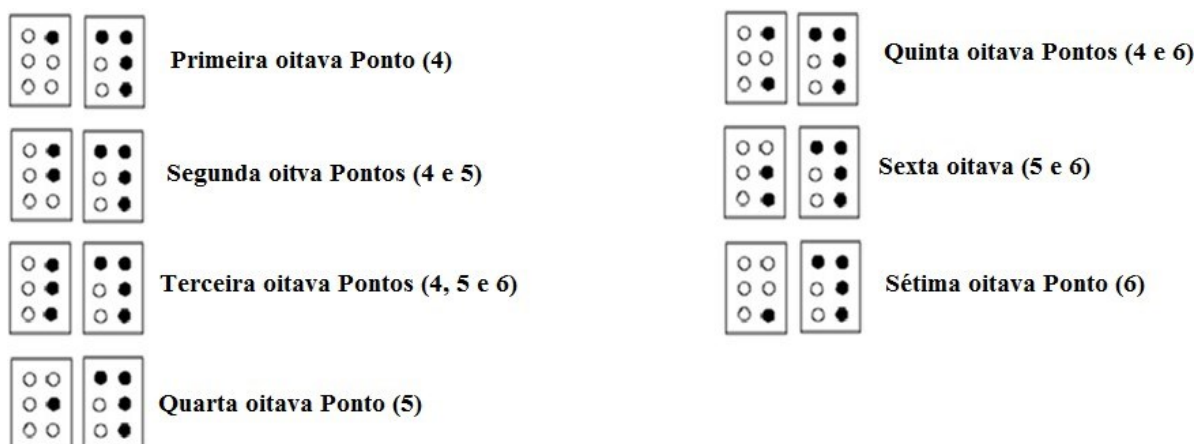
Figura 17: Sinais de alteração



Fonte: Queiroz (2014, p. 20)

Na Musicografia Braille as notas não têm suas alturas definidas pelas claves, mas sim por sinais de oitava que são colocados antes da nota. A figura a seguir mostra as celas correspondentes a cada oitava:














Figura 18: Sinais de Oitavas



Fonte: Queiroz (2014, p. 20)

Para escrever as claves, são necessárias três celas, como veremos a seguir:

Figura 19: Claves de sol, de Fá e de Dó

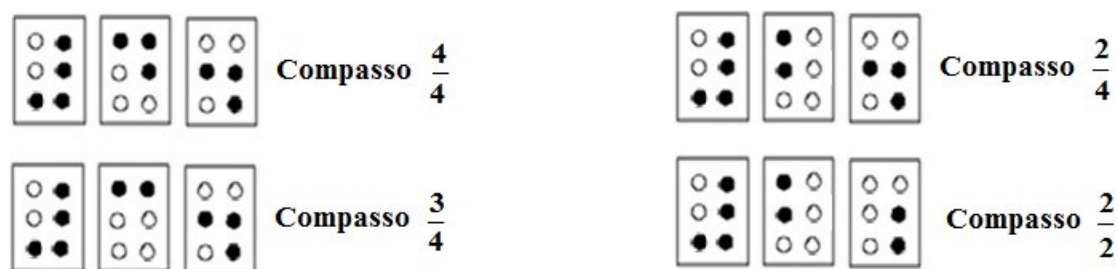
		Clave de sol na 2ª linha.
		Clave de sol na parte da mão esquerda
		Clave de fá na 4ª linha.
		Clave de fá na parte da mão direita.
		Clave de “dó” na 3ª; clave para viola e para as notas agudas de instrumentos graves.
		Clave de “dó” na 4ª linha; clave para tenor.
		Clave de “sol” com um 8 por cima.
		Clave de “sol” com um 8 por baixo.

Fonte: Carvalho Filho (2018, p. 32)

Na Musicografia Braille os símbolos que representam as claves são colocados apenas por didática, pois para o cego, as claves não são fundamentais para a leitura. No entanto, a armadura que vem junto ao sinal da clave é importante para o músico cego, pois, assim como para o vidente, ela determina as tonalidades das músicas através das quantidades de sustenidos e bemóis. (BONILHA, 2010, p. 27).

As fórmulas de compassos são representadas por frações escritas em Braille logo após a armadura de clave:

Figura 20: Fórmula de compassos simples



Fonte: Queiroz (2014, p. 20)

Além desses sinais que foram apresentados, existem vários outros sinais que também podem ser usados na Musicografia Braille, como por exemplo, ponto de aumento, ligadura, tercinas, sinais de repetição etc.

Como os editores de partituras convencionais não são totalmente acessíveis para o uso com leitores de telas, houve a necessidade de se criar um editor de partitura que proporcionasse "o acesso à escrita e à transcrição de partituras em Braille para estudantes de música cegos ou de baixa visão". (SOUZA, 2013, p. 23).

Diante disso, foi criado no Brasil no ano de 2009 o programa gratuito de edição de partitura Musibraille, que possibilita a interação entre educadores e educandos cegos na Educação Musical. O Musibraille foi idealizado pela professora Dolores Tomé e desenvolvido pelo professor Antônio Borges e que teve patrocínio da Petrobrás e apoio da UNB, do Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ e do Governo Federal. (SOUZA, 2013, p. 23).

Apesar da abrangência da definição apresentada, ela permite compreender que: o Musibraille é um software voltado à escrita, transcrição e audição de partituras em Braille, o que facilita o ensino e aprendizagem musical, bem como o acesso a repertórios e métodos que são fundamentais na formação do músico cego. Além disso, o Musibraille permite a autonomia, independência e inclusão social. (SOUZA, 2013, p. 24).

No Musibraille a escrita da partitura pode ser feita teclando (F11) onde o teclado convencional de um computador se torna um simulador da máquina datilográfica *Perkins*, ou seja, as respectivas letras do teclado se tornam os pontos para a escrita como veremos a seguir:

F ponto 1

D ponto 2

S ponto 3

J ponto 4

K ponto 5

L ponto 6

Para escrever as figuras que são formadas por mais de um ponto, basta pressionar simultaneamente as respectivas teclas que formão a figura desejada. Além dessas teclas o usuário pode teclar, Enter para acrescentar outra linha, barra de espaço para separar os compassos, Backspace para apagar, setas direita e esquerda para navegar no conteúdo da mesma linha e cima e baixo para navegar entre linhas. para sair do modo *Perkins* basta teclar novamente a tecla (F11) ou Esc.

No Musibraille também existe um dicionário com todos os sinais suportados pelo programa, o qual o deficiente visual poderá consultar algum sinal teclando (F7) onde são apresentadas as figuras e seus respectivos pontos. Esse dicionário também pode ser utilizado pelos videntes para aprender um pouco sobre a Musicografia Braille e também para escrever as figuras usando o mouse.

Durante a edição da partitura, o deficiente visual pode ouvir a descrição das figuras com voz sintetizada e reproduzir o som com o instrumento virtual selecionado. O professor também pode acompanhar a escrita do aluno, pois o programa mostra na tela aquilo que está sendo escrito em uma pauta convencional em tinta, para que tanto o aluno quanto o professor avaliem se aquilo que foi criado faz sentido.

Embora o programa Musibraille não seja utilizado nas aulas de música do COEPD/CAP, é uma boa ferramenta para promover a inclusão de estudantes e profissionais cegos da área de música, nas instituições regulares de ensino de música e no mercado de trabalho.

4. OS PROFESSORES DE MÚSICA DO COEPD/CAP

Neste capítulo primeiramente será abordado sobre o Wolney Siqueira Monte Santo, primeiro professor de música da instituição e que se aposentou recentemente. Apesar de não estar mais atuando no COEPD/CAP, se fez necessário falar sobre ele devido às suas contribuições para a inclusão dos deficientes visuais no universo musical. Em seguida, será abordado sobre Teresa Criscuolo, professora de referência no ensino da Musicografia Braille em Sergipe, bem como sua atuação no COEPD/CAP. Um ponto importante é que ambos possuem metodologias diferentes.

4.1. WOLNEY SIQUEIRA MONTE SANTO

4.1.1. Breve histórico

Wolney Siqueira Monte Santo é professor Licenciado em Música pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e formado em violino pelo Conservatório de Música de Sergipe. Atuou como professor de música do COEPD/CAP dando aulas aos deficientes visuais entre 1998 e 2019, ano que ele se aposenta e sai da instituição.

Figura 21: Wolney Siqueira Monte Santo tocando violino



Fonte: Acervo pessoal de Wolney Siqueira Monte Santo

Esta parte do trabalho será baseado principalmente na monografia de Diogo Oliveira, deficiente visual graduado em Licenciatura em Música pela Universidade Federal de Sergipe no ano de 2015, cujo o trabalho foi intitulado *A música como um ponto de intersecção entre Louis Braille, Jacques Lusseyran e a inclusão do cego em Aracaju/SE*. Também serão citadas entrevistas feitas por questionário aos alunos do COEPD/CAP e a minha própria experiência durante dois meses de aula com o professor. Não foi possível fazer a entrevista pessoalmente, pois durante a pesquisa de campo Wolney estava em viagem ao exterior.

Wolney nasceu em Japoatã, interior de Sergipe, no ano de 1953. Mudou-se para capital em 1964. Segundo relatos de seu pai, o avô de Wolney foi maestro, sendo esse antecessor o único da família a ter contato com a música. [...] No mesmo ano que chegou à Aracaju, Wolney começou a estudar na Escola de Música, atualmente conhecido como Conservatório de Música de Sergipe. Wolney se formou em violino no conservatório em 1973. (OLIVEIRA, 2015, p. 58-59).

Além do violino, que é o seu instrumento principal, Wolney também toca outros instrumentos como: teclado, violão, bandolim, cavaquinho e viola. O interesse de aprender a tocar viola veio da necessidade que a Orquestra Sinfônica de Sergipe tinha em conseguir violista. Diante dessa necessidade, ele se dispôs a estudar o instrumento para tocar na Orquestra.

Em 1976 Wolney foi chamado para participar da Orquestra Sinfônica do Rio Grande do Norte, onde ele aceita o convite e passa a morar em Natal. Em 1979,

Wolney ingressa no curso de Licenciatura em Música da UFRN o qual conclui em 1984 e retorna para Aracaju. (OLIVEIRA, 2015, p. 61-62).

Wolney, já formado, recebeu uma proposta e voltou a ensinar no Conservatório de Música de Sergipe e também na prefeitura, na Escola de Artes. Dois anos depois passou a ser diretor da Divisão de Música do município. Wolney na escola de música dava aulas de bandolim, cavaquinho, violão, teclado, violino e viola. Além dessas aulas, Wolney criou uma Orquestra infantil, com crianças de seis a doze anos de idade; criou uma outra Orquestra de Câmara de adolescentes, que executou peças de Vivaldi, Corelli, e tocou vários concertos com solistas. (OLIVEIRA, 2015, p. 62).

Ainda de acordo com Oliveira (2015, p. 62):

em 1998, Wolney deixa a Direção da Divisão da Escola de Música do município e também deixa de ser professor da Escola de Artes. E, por decisão própria, passou a dar aula no Centro de Apoio Pedagógico aos Deficientes Visuais (CAP), para trabalhar com deficientes visuais. Um ano depois, Wolney também foi convidado para ensinar música a surdos, um convite feito por Dona Ligia Maynard, que era diretora da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Sergipe (APADA). Como Wolney já tinha visto em Natal um grupo de surdos da Bahia, chamado surdodum, tocando instrumentos de percussão, ele aceitou o convite. O nome de seu grupo era Olosurdo, onde ensinou todos os instrumentos de percussão. O Olosurdo fez várias apresentações em Aracaju.

Wolney relata que trabalhar com surdos foi um trabalho mais complicado que o ensino com deficientes visuais, porque como eles não ouviam, tinham que sentir a vibração dos instrumentos. Após dez anos, Wolney teve que deixar o Olosurdo para voltar a trabalhar no Conservatório de Música de Sergipe e com a saída dele da APADA o trabalho de música com os surdos não foi à frente. Devido ao tempo que Wolney ficava trancado em uma sala ensinando o Olosurdo, ele acabou perdendo 20% da audição (OLIVEIRA, 2015, p. 63).

No COEPD/CAP Wolney também comandou um grupo de forró formado por deficientes visuais chamado Clave do Sol entre 1999 e 2005. O grupo era composto de sanfona, zabumba, triângulo, agogô e oito flautas. O grupo viajou por várias cidades de Sergipe se apresentando e mostrando o seu talento por onde passava.

Segundo Genivaldo, um dos flautistas do grupo Clave do Sol, o grupo chegou a se apresentar em várias localidades, como por exemplo: em Estância, Propriá, Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros, Teatro Tobias Barreto, Charles Moritz, no Colégio Atheneu, em várias escolas e se apresentou em todos os prédios da Caixa Econômica Federal de Sergipe (Informação verbal).

Wolney também comandou outro grupo de músicos cegos no COEPD/CAP chamado Canto e Encanto, entre 2008 e 2019. Com a saída dele o grupo continuou, mas não tem se reunido com frequência por falta de outra pessoa para dirigir os ensaios. O grupo é formado por teclado, vozes, possui em média de oito componentes e é voltado para o forró.

Wolney teve um papel muito importante não só na formação de músicos videntes, como também para o ensino musical de deficientes visuais e surdos do estado de Sergipe. A seguir será abordado a respeito de sua metodologia aplicada com os deficientes visuais no COEPD/CAP.

4.1.2. O ensino da música através da audição

Apesar de Wolney ensinar música desde 1976, a sua primeira experiência em ensinar uma pessoa com deficiência visual se deu no ano de 1994, como é descrito abaixo:

A ideia de ensinar música aos cegos ocorreu por acaso, durante uma apresentação. Na época, estava tocando violino em uma recepção junto com um colega que o acompanhava ao teclado, quando chega um menino cego, chamado Lucas Aribé. O garoto pediu para tocar no teclado, pois já estudava música há um ano, quando Wolney viu que o garoto só tocava com a mão direita. Ele se ofereceu para ensinar o menino, dizendo a mãe do garoto que, com ele, aprenderia muito mais rápido. Uma semana depois, a mãe o procura e Wolney começa a dar suas aulas. Com um mês, o menino já tinha um repertório de 15 a 20 músicas. Quatro anos depois, em 1998, por decisão própria, Wolney passa a dar aulas no CAP, utilizando o método da audição. (OLIVEIRA, 2015, p. 64).

De acordo com Wolney, em entrevista a Oliveira (2015, p. 64), o método de ensinar música de ouvido o aluno aprende muito mais rápido que por meio da Musicografia Braille. Ele conta que já teve a oportunidade de comparar os seus alunos que estudavam música de ouvido entre seis meses e um ano com alunos que estudavam através da Musicografia Braille a três anos com outros professores. Ele conta que os alunos que estudavam música através da Musicografia Braille durante três anos não tocavam a metade que seus alunos que estudavam música de ouvido já tocavam.

Apesar de Wolney ensinar música de ouvido, ele chegou a fazer vários cursos de Musicografia Braille. O seu primeiro curso de Musicografia Braille foi no ano de 1994 no Rio Grande do Norte, depois fez outro em Curitiba, depois em São Paulo, Salvador e o último que fez foi em Belo Horizonte totalizando cinco cursos. Porém, não conseguiu se adaptar, por achar a metodologia muito mais lenta que a de ouvido. (MONTE SANTO, apud OLIVEIRA, 2015, p. 64).

Embora Wolney ensine música apenas de ouvido, ele reconhece que a Musicografia Braille é importante para aqueles deficientes visuais que pretendem fazer graduação em Música (OLIVEIRA, 2015, p. 64). Pois o domínio de leitura e escrita de partitura é um pré-requisito fundamental para que uma pessoa possa ingressar em uma graduação em Música, já que nesse tipo de curso, o aluno precisará constantemente ler muitos exemplos para compreender melhor o conteúdo, além de estudar peças e fazer exercícios com base na partitura.

De acordo com Wolney, ele não encontrou dificuldades em ensinar música para pessoas com deficiência visual. Para ele, não há diferenças entre o aluno cego e o vidente no ensino de música, ambos possuem as mesmas capacidades de aprendizado. A esse respeito ele relata:

Eu não trato o cego diferente do vidente, da mesma maneira que eu ensino ao vidente, eu ensino ao cego, a diferença é que pra o vidente eu levo a partitura, mesmo assim eu canto as notas pra que ele aprenda, canto as notas e digo o acorde pra o aluno fazer, o vidente e pro cego é a mesma coisa, só que o cego não vai ter a partitura, vai ter a audição, ele vai ouvindo e vai decorando. Desafio da minha parte não teve, o desafio tem mais por parte do cego. Desafio em adquirir os instrumentos, desafio em se transportar do local onde ele mora pra o local das aulas e vários outros desafios, mas o desafio na maneira de ensino, eu não vi nenhum. Eu não senti dificuldade por parte de aluno nenhum, pelo contrário, desde que o aluno tenha vontade e queira, ele consegue fazer qualquer coisa. Eu não senti dificuldade. (MONTE SANTO, apud OLIVEIRA, 2015, p. 65).

Em entrevista com os alunos do COEPD/CAP, foi perguntado sobre as maiores dificuldades que eles tiveram ou ainda tem em estudar música, eles responderam que as maiores dificuldades estão em decorar os acordes, as letras das músicas e disciplina em seguir um cronograma de estudos. Como podemos observar, essas dificuldades são semelhantes às que os videntes encontram no aprendizado da música. Ou seja, apesar da deficiência visual, eles não possuem grandes dificuldades no estudo da música.

Para facilitar os alunos cegos a reconhecerem as notas no teclado, Wolney fez marcações nas teclas: "eu marco só duas notas, o Dó e o Sol, no começo pra meu aluno se guiar. Com uma fita crepe coloco em todas as notas Sol e todas as notas Dó, pra poderem aprender a se guiar por aquelas notas [...], depois eles têm que se guiar pelas notas pretas." (MONTE SANTO, apud OLIVEIRA, 2015, p. 65).

O único instrumento que Wolney faz adaptações com fita crepe é o teclado, porém, ele não gosta porque o aluno pode ficar dependente dessas marcações e ao pegar outro instrumento pode ter dificuldades em localizar as notas e acabar não conseguindo tocar direito.

Wolney fez essas marcações no teclado por conta da dificuldade que alguns alunos tiveram inicialmente em identificar as teclas, no entanto, só dois alunos possuem o teclado todo adaptado, pois além da deficiência visual, eles também possuem limitações na coordenação motora e só conseguem tocar com dois dedos em cada mão. Nesse caso, para cada tecla ele colocou um símbolo diferente para representar as notas, como por exemplo: o Dó é uma bolinha, o Ré é um retângulo, o Mi é um triângulo, o Fá é um quadrado etc. Essas marcações são importantes para que o aluno identifique as notas associando com os formatos dos símbolos.

Um caso muito interessante é o de um dos alunos de Wolney. O garoto além de ser cego, também é altista e possui problemas de coordenação motora, como Wolney descreve abaixo:

Rodrigo é um caso que eu nem sei explicar, porque, além da perda da visão, Rodrigo tem autismo e um autismo muito comprometido. [...] Foi uma pessoa que foi condenada pelo médico, o primeiro médico que ele teve o condenou, disse a mãe dele que ela tinha que se conformar, que ele não ia aprender nada e hoje ele toca, tem dificuldade de coordenação, não vou negar isso. Ele também só toca com um dedo na mão esquerda, faz os acordes com um dedo só e na mão direita ele usa no máximo dois dedos, indicador e anelar. Ele, diante dessa dificuldade, hoje ele já consegue fazer tudo, faz as introduções das músicas, claro tem músicas que eu tenho que fazer uma adaptação pra facilitar, pra gente fazer determinada notas pra poder diminuir a quantidade de notas, pra ele conseguir fazer a introdução toda. Hoje ele já toca, agora ele começou a desenvolver, apesar de já ter 13 anos que estuda comigo, ele começou a desenvolver, começou a melhorar de três anos pra cá, depois da aquisição de um teclado. Eu já gravei um CD com ele, a gente fez um lançamento de um CD, pra poder angariar um dinheirinho, pra poder comprar um teclado bom pra ele, que o teclado dele era ruim. Compramos o teclado, depois desse teclado é que ele deslanchou. Hoje ele toca todo Sábado, toca e canta na missa do Bairro do Santos Dumont, todo sábado ele toca nessa igreja. (MONTE SANTO, apud OLIVEIRA, 2015, p. 65-66).

Wolney ensina as músicas solfejando a melodia com os nomes das notas e falando os acordes. Quando o aluno ainda não sabe as notas que formam o acorde Wolney exemplifica no teclado e mostra quais são as teclas correspondentes.

De acordo com Oliveira (2015, p. 67), no ensino do violão, Wolney começa ensinando primeiramente os acordes mais simples na mão esquerda, colocando cada dedo em cada respectiva casa, para depois ensinar a batida da mão direita. Para ensinar as primeiras músicas no violão, Wolney utiliza o Suzuki, um método para violino, onde o professor adapta músicas regionais ao método. Sobre isso o professor explica:

Eu ensino pelo Suzuki. É uma metodologia baseada no Suzuki, mas eu coloco as músicas da nossa região, músicas regionais, músicas nossas, eu começo a ensinar, por exemplo, Asa branca, que todo mundo conhece. [...] Se eu for ensinar com aquelas músicas do Suzuki, ninguém conhece, então fica mais difícil [...] Se tiver uma pessoa que tenha um ouvido bom, se você tocar Asa branca e tiver tocando desafinado, aquela pessoa que pode ter um ouvido razoável vai dizer: essa Asa branca está muito feia, está errada, tem alguma coisa errada. Então essa pessoa que está na casa do deficiente pode até ajudar, eu utilizando uma música nossa, regional, música popular brasileira, já utilizando o método fica difícil de em casa o aluno que não tem um ouvido tão bom, aí já fica meio difícil, então eu prefiro usar músicas conhecida do aluno, você conhece tal música? Conheço, então você vai aprender essa música. (MONTE SANTO, apud OLIVEIRA, 2015, p. 67).

No violino Wolney começa ensinando corda por corda, em seguida as alterações de como transformar uma nota natural em sustenido, a posição dos dedos para executar cada nota:

esse mesmo exercício, que eu fiz na primeira corda, faço na segunda, faço na terceira e faço na quarta, quando decorar cada uma das cordas, aí eu já vou partir para as musiquinhas utilizando o método Suzuki, [...] eu canto as notas, a primeira variação que é o estudo, Lá, Lá, Lá, Lá, Lá, Lá, Lá, Lá, Mi, Mi, Mi, Mi, Mi, Mi, Fá, Fá, Fá, Fá, Fá, Fá, já pego o primeiro dedo, Mi, Mi, Mi, Mi, Mi, Mi, aí vem os três dedos pra segunda corda, Ré, Ré, Ré, Ré, Ré, Ré, tira o terceiro, Dó, Dó, Dó, Dó, Dó, tira o segundo, Si, Si, Si, Si, Si, e repete o Lá, Lá, Lá, Lá, Lá, Lá, o estudo é só essas quatro notinhas. (MONTE SANTO, apud OLIVEIRA, 2015, p. 67).

O arco do violino Wolney descreve que é a parte mais difícil inicialmente para o aluno, no entanto, ele faz algumas mudanças na forma de segurar o arco para que o aluno se adapte com a posição e só depois é que o professor mostra a forma correta, como Wolney explica a seguir:

O arco não pode ser adaptado, o arco é a parte mais chata pra o aluno pegar. A posição, não é uma posição muito confortável no começo, aí eu tenho alunos que eu ensino primeiro pegando embaixo, na castanha, depois é que eu coloco o dedo polegar na parte de dentro da castanha, depois que ele está bem adaptado segurando na castanha, aí vai aprender depois de uns quatro meses, cinco meses, ele tira o polegar debaixo da castanha e coloca dentro da castanha, naquela parte de dentro da castanha, entre a castanha e a vara. (MONTE SANTO, apud OLIVEIRA, 2015, p. 68).

O método de ensino do professor Wolney depende muito da faixa etária e do objetivo de cada aluno. Sobre isso ele explica:

depende de que formação o aluno quer, se for um aluno por exemplo, de terceira idade quer aprender pra tocar, eu já vou ensinando direto musicinhas, já vou ensinando direto músicas, que fica mais fácil dele aprender, do que ensinar método, ficar um tempão só tocando método, sem ouvir aquela música. (MONTE SANTO, apud OLIVEIRA, 2015, p. 68).

O professor Wolney ensinava música no COEPD/CAP há 14 alunos. Com sua saída no meio do ano de 2019, os alunos acabaram ficando sem professor, pois até o final do mesmo ano não haviam conseguido outro professor para o substituir. Apesar de ter outra professora de música na instituição, não foi possível remanejar todos os alunos para a professora Teresa, pois ela já estava com a carga horária preenchida com seus alunos. A seguir veremos um pouco sobre a história e a metodologia aplicada por Teresa nas aulas de música do COEPD/CAP.

4.2. TERESA CRISCUOLO

4.2.1. Breve biografia

Teresa Cristina de Oliveira Criscuolo é professora licenciada em Música e Artes Visuais pela Universidade Federal de Sergipe, com formação em Órgão pela Congregação Cristã no Brasil em Aracaju e pelo Conservatório de Música de Sergipe. Participou de cursos de Musicografia Braille em Sergipe e no Rio Grande do Norte e atualmente se destaca no ensino da Musicografia Braille em Sergipe.

Figura 22: Imagem de Teresa segurando o teclado



Fonte: Acervo pessoal de Teresa Criscuolo

A professora Teresa já capacitou diversos músicos no estado de Sergipe ao longo dos anos. Além de ensinar músicos videntes, ela também ensina a deficientes visuais desde 2011, tarefa que faz com muito carinho e dedicação. Atualmente Teresa trabalha como professora de música na Coordenadoria de Apoio Educacional à Pessoa com Deficiência COEPD/CAP ensinando música aos deficientes visuais e também no Conservatório de Música de Sergipe lecionando para videntes e deficientes visuais.

Teresa nasceu na cidade de São Paulo, no ano de 1974. Sem influências musicais na família, ela conta que o que despertou o seu interesse pela música foi que, desde criança, ouvia muita música, pois o seu pai possuía muitos discos de LP, e ela, como era uma criança curiosa, gostava de sempre pegar uma vitrolinha e ficar ouvindo os discos de MPB de seu pai, assim como outros discos que o seu irmão mais velho tinha. Além disso, frequentava a igreja Congregação Cristã no Brasil e lá havia um ambiente musical, a junção de tudo isso despertou o interesse pela música (Informação verbal)³².

No depoimento a seguir, Teresa conta como foi a sua formação musical:

³² CRISCUOLO, Teresa: depoimento [29 out. 2019]. Entrevistador: José Gilvan Silva dos Santos, entrevista feita por questionário, Aracaju, 2019. Todas as informações e falas da professora Teresa presentes nesta monografia foram colhidas no dia 29 de outubro de 2019.

minha formação musical começou por volta dos 12 anos de idade. [...] Eu vim de São Paulo morar aqui com minha família e o primeiro contato com a aprendizagem musical foi formal na Congregação Cristã no Brasil aqui em Aracaju que tem um ensino de música bem estruturado, e lá as mulheres só podem estudar e tocar órgão. Tem uma orquestra, a gente estuda o método Bona, que é leitura e divisão, teoria musical E aí depois a gente vai estudar no instrumento. É curioso que mesmo sendo órgão, a gente estuda com métodos de piano. Assim é a aprendizagem musical das organistas, lógico que ao longo dos anos algumas coisas foram modificadas (Informação verbal).

A Congregação Cristã no Brasil (CCB) é uma igreja cristã fundada pelo italiano Luigi Francescon em 1910. "Embora a CCB oficialmente não se reconheça como pentecostal, do ponto de vista sociológico ela se enquadra como tal". (MONTEIRO, 2010, p. 123). A Congregação Cristã no Brasil se expandiu não só no Brasil, como também em outros países.

Cabe ressaltar que na Congregação Cristã no Brasil as mulheres só podem tocar órgão não lhes sendo permitido tocar outros instrumentos no culto, nem aos homens tocar órgão. Inclusive, nas Congregações que há aulas de música, os professores só ensinam os homens e as professoras só ensinam as mulheres. Muitas CCB possuem orquestras em que seus músicos passam pelo processo de aprendizado semelhante ao das organistas. (BRITO, 2016, p. 23).

Logo após Teresa ter iniciado seus estudos de órgão na Congregação Cristã no Brasil, por volta de um ano e meio depois, aos 14 anos, ela ingressa no Conservatório de Música de Sergipe no curso de Órgão, pois na época ainda havia esse curso que possibilitou a sua primeira experiência como professora de órgão na CCB.

Abaixo Teresa descreve como foi que começou a trabalhar como professora de música:

eu fiz o curso de Órgão e já ensinava na igreja naquela época, atuava não remuneradamente, era uma coisa mais voluntária. A partir do momento que eu passei a ser organista da igreja, também fazia o trabalho de ensinar os iniciantes, então foi minha primeira experiência de trabalho ensinando música (Informação verbal).

Desde então, Teresa passou a se dedicar ainda mais à música e à profissão de professora, não só apenas na Congregação Cristã no Brasil, como também no Conservatório de Música de Sergipe. A seguir Teresa fala como começou a trabalhar no conservatório:

Mais ou menos no ano de 92 ou 93 eu comecei a trabalhar no conservatório de Sergipe, porque eu estava fazendo um curso técnico. E aí eu já tive o meu primeiro contrato temporário no conservatório. Aí eu dava aula para musicalização e para o 1º ano básico e também de órgão, porque ainda tinham o curso de Órgão. Ainda eu não tinha concluído o curso técnico, mas já estava dando aula. Naquela época era possível fazer esse tipo de contrato, hoje em dia já não é mais possível, só com graduação (Informação verbal).

Teresa não se contentou em trabalhar apenas no Conservatório de Música de Sergipe. Ela foi em busca de outros trabalhos de educadora musical. Inclusive Teresa conta que a partir do ano de 1996 ela passou a trabalhar dando aulas de musicalização em colégios como: Amadeus, Sossego da Mamãe e também trabalhou em outras escolas particulares dando aula de musicalização para pré-escola, ensino de flauta doce e algumas também ensinava teclado. Sua experiência em escola particular foi durante 14 anos (Informação verbal).

Diante da vontade e da necessidade de se qualificar ainda mais como professora de música, Teresa queria ingressar em um curso de nível superior em música. Devido às dificuldades encontradas na época, ela acaba fazendo outro curso de nível superior, como ela explica a seguir:

Em 99 eu ingressei no curso de Artes Visuais da UFS, que aqui não tinha o curso de Música e eu já com filhos, não tinha condições de largar tudo e ir para Salvador, que era mais próximo para estudar. Então, eu não fiz graduação em Música, mas entrei no curso de Artes Visuais, o qual concluí em 2003. [...] Em 2004 ingressei na rede estadual de ensino e comecei a trabalhar no Cenam como professora de Artes Visuais e também com a carga horária no conservatório de música, pela necessidade do conservatório (Informação verbal).

Com o surgimento do curso de Licenciatura em Música na Universidade Federal de Sergipe em 2007, Teresa prontamente ingressa na primeira turma do tão sonhado curso. Cabe ressaltar que ela também fez parte da elaboração desse curso. Segundo Teresa, ela participou de reuniões com o professor Hugo Leonardo, a professora Olga, responsável pela Sociedade Filarmônica de Sergipe (SOFISE), o professor Marcos Moreira, atual professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), entre outros para elaboração do curso (Informação verbal).

A seguir, Teresa descreve por que foi chamada para participar da elaboração do curso de Licenciatura em Música:

curioso né, que eu era professora substituta da UFS. Assim que eu me graduei, eu participei de uma seleção e fui também selecionada para

ser professora de musicalização básica e expressão musical no curso de Artes Visuais. Isso no curso que eu tinha acabado de concluir. E aí como eu era professora dessas disciplinas, eu fui chamada para participar justamente do processo de elaboração do curso de Música, e tudo foi iniciado ali (Informação verbal).

Teresa fez o vestibular e foi aprovada no curso de Licenciatura em Música. Na época ainda não havia a prova prática, só havia uma prova teórica de conhecimentos específicos. Ela conta que demorou um pouco a concluir por conta do trabalho, porque logo depois de iniciar o curso, também havia sido aprovada na rede municipal de ensino e estava complicado conciliar as duas coisas (Informação verbal).

Durante a graduação do curso de Música, Teresa consegue outro contrato na UFS como ela explica abaixo:

tive outro contrato na UFS, também no curso de Artes Visuais. Depois de dois anos de contrato, o Hugo Leonardo me substituiu, aí ele foi para o curso de Música, foi o primeiro professor efetivo do curso de Música e aí eu entrei naquela vaga de musicalização básica e estruturação musical (Informação verbal).

Logo mais, Teresa foi aprovada em um concurso da prefeitura de Aracaju. Era o segundo concurso da prefeitura. Ela já tinha sido aprovada antes em 2002, no entanto, como ainda não estava graduada em Artes Visuais, não pôde assumir. Teresa conta que demorou um tempo a ser chamada nesse outro concurso para ser professora de música, que foi justamente em 2011 quando ela assumiu a vaga e passou a trabalhar no CAP.

Quando Teresa ingressou no CAP ela relata:

a primeira coisa que eu tive curiosidade e a vontade era justamente de ensinar os alunos por Musicografia Braille, porque eu queria ser um pouco diferente. Já que o professor Wolney trabalhava de uma maneira, eu gostaria de ter um diferencial. Se já tinha um excelente professor que trabalhava por uma metodologia, eu vou procurar uma metodologia diferente para trabalhar. Procurar uma coisa que se volte mais para o mundo acadêmico (Informação verbal).

Então Teresa ficou interessada em fazer um curso de Musicografia Braille, foi quando surgiu a oportunidade de fazer o curso que Dolores Tomé ministrou no Conservatório de Música de Sergipe no ano de 2012. Após algum tempo, ela fez outro curso voltado a Musicografia Braille no Rio Grande do Norte, com duração de uma semana. Tereza relata:

eu tive grande vantagem porque eu já estava trabalhando no CAP. Já convivia com cegos durante bastante tempo. Por conhecer essa escola e por fazer parte também da experiência do professor Wolney, então, eu tinha acesso à aprendizagem e as dúvidas deles (Informação verbal).

Cabe ressaltar que Teresa foi casada durante muitos anos com o Wolney (professor de música do CAP já citado acima) e por isso acompanhava de perto como funcionava o ensino/aprendizagem de música para pessoas com deficiência visual.

Teresa conta que teve a possibilidade de praticar aquilo que aprendeu no curso de Musicografia Braille com os seus alunos deficientes visuais:

porque vários colegas fizeram aquele curso de Dolores, no entanto, eu tive esse privilégio da vida, diria assim né, de ter os meus alunos e ficar aprendendo com eles e continuo aprendendo, porque assim, a Musicografia Braille é bem complexa e a gente vai de acordo com as necessidades dos alunos (Informação verbal).

Apesar do conhecimento em Musicografia Braille que Teresa já possui, ela cita: "sempre que posso tô [sic.] lendo e me aprimorando da maneira que eu consigo e ainda lutando e reclamando por algumas coisas que eu acho que Aracaju tá um pouquinho atrasado em relação a Musicografia Braille" (Informação verbal).

A professora Teresa também ministrou um curso de extensão de Musicografia Braille que foi oferecido na Universidade Federal de Sergipe em 2016, com duração de 46 horas, organizado pela professora do Departamento de Música Aline Soares Araújo. Segundo Teresa, "eu lamento porque teve muita pouca gente, muito pouco interesse. Eu ainda brigo assim, que acho que a prefeitura deveria ofertar um curso como esse" (Informação verbal).

Atualmente já são vários alunos deficientes visuais em Sergipe que estão estudando música por partitura e não apenas de ouvido. De acordo com Teresa:

não que a gente dispense os de ouvido, porque isso não deve ser feito nem por vidente nem por cego né. Mas eu sempre vou continuar defendendo e vou defender até morrer, que o deficiente visual tem o mesmo direito assim como o vidente, de escolher se ele quer aprender de ouvido, que aprenda de ouvido. Se ele quer aprender a partitura, que ele tenha esse direito de aprender partitura e ter quem ensine, quem apoie (Informação verbal).

A partitura é muito importante para a vida de um músico, pois o torna um músico mais completo. Para os deficientes visuais não é diferente, a partitura abre um leque de possibilidades, pois uma partitura pode conter muitos detalhes de uma música que

as vezes o ouvido humano não consegue perceber com clareza, além de não necessitar que o professor fique repetindo várias vezes o mesmo trecho de uma música para que o aluno decore. Essa é a trajetória de ensino e de trabalho da professora Teresa.

4.2.2. O uso da Musicografia Braille pela professora Teresa Criscuolo

A professora Teresa ensina música desde 1988 e começou a ensinar alunos deficientes visuais em 2011, quando ela passa a trabalhar no CAP. Só a partir de 2012 que ela começa a pôr em prática o que aprendeu no curso de Musicografia Braille com aqueles alunos que queriam estudar partitura. Inclusive tive a sorte de ser um desses alunos, pois já pegava aulas de música com Teresa.

Antes de ir trabalhar no CAP, Teresa conta que só acompanhava de perto o trabalho de Wolney, mas que ela não tinha experiência em ensinar deficientes visuais. As suas primeiras experiências se deram a partir do seu ingresso no CAP (Informação verbal). Apesar disso, Teresa em pouco tempo adquiriu experiência e conseguiu suprir as necessidades dos alunos.

Além de atuar no COEPD/CAP dando aulas de música e de cerâmica a pessoas cegas, ela também ensina videntes e deficientes visuais no Conservatório de Música de Sergipe. Teresa também dá aulas particulares de teclado, piano e flauta doce para crianças a partir de cinco anos, adultos e até idosos videntes, porém, nunca chegou a dar aulas particulares a deficientes visuais.

Na época desta pesquisa, precisamente em novembro de 2019 Teresa estava com o total de 14 alunos matriculados nas aulas de música do COEPD, onde ela ministra aulas de teclado, flauta doce e Musicografia Braille. No entanto, alguns não estavam frequentando com regularidade. Perguntado se ela fazia ideia de quantos alunos já tinha atendido no COEPD até os dias atuais, ela responde: "não tenho ideia. É difícil calcular, porque alguns passaram só pouco tempo outros ainda continuam comigo, aí fica difícil ter uma ideia da quantidade de alunos" (Informação verbal).

Segundo Teresa, por acompanhar de perto o trabalho de Wolney com os deficientes visuais e pela carência em Aracaju de conhecimento de Musicografia Braille, fez com o que ela também se interessasse em trabalhar com esse público:

eu ouvia comentários assim como o de Evanilson³³ que comentou que conhecia a Musicografia Braille, que chegou a ir ao Instituto Benjamin Constant, mas que achou muito difícil e deixou de lado. Então eu pensei assim, alguém tem que continuar o negócio né. Eu achei que era uma área que precisava de ter alguém que tivesse interesse e se dedicar. Foi isso que me motivou, conhecer o trabalho e saber que tinha necessidade naquela área (Informação verbal).

Através da professora Teresa foi que os deficientes visuais de Sergipe tiveram a oportunidade de aprender a Musicografia Braille. A seguir será abordado com mais detalhes sobre o processo do ensino de música do COEPD/CAP.

4.2.3. O processo do ensino de música do COEPD/CAP

Como sabemos, antes de qualquer coisa, é muito importante o professor conhecer o perfil de cada aluno, para só depois preparar a aula de acordo com as particularidades de cada um, como Teresa cita abaixo:

é o seguinte, o primeiro contato com o aluno, a gente tem que avaliar quais são os conhecimentos prévios que ele possui. Porque você deve saber que a gente na verdade se depara com diversos perfis. A gente tem alunos que além da deficiência visual, tem outras deficiências. Temos alunos que também são autistas, temos alunos com doenças que comprometem o rendimento, como é o caso do diabetes, doenças renais e que muitas vezes impede o aluno de ter uma frequência maior e um aproveitamento maior. (Informação verbal).

Depois de conhecer o perfil e os objetivos do aluno, o professor vai analisar os conteúdos que serão necessários para que ele consiga alcançar aquele propósito que almeja. Diante disso, o professor poderá seguir parâmetros diferentes como Teresa cita a seguir:

Eu sempre me baseio aqui no CAP em dois parâmetros. O aluno quer seguir carreira, tem interesse de conhecer teoria musical em tal nível para seguir um curso como conservatório, ou ele só vai tocar para se distrair em casa. Porque assim, eu vou ter uma ideia de até que ponto

³³ Evanilson é um grande músico deficiente visual natural da cidade de Simão Dias, mas que atualmente mora em Aracaju e que é fundador e maestro da Orquestra Sanfônica de Aracaju. Uma orquestra que é formada por diversos músicos sanfoneiros. Entre os instrumentos que ele toca, estão a sanfona e o teclado.

de teoria eu vou dá para aquele aluno. Se vou ampliar o repertório, ou aprofundar a questão teórica (Informação verbal).

Sobre o ensino da Musicografia Braille, caso o aluno tenha interesse em aprender, a professora vai analisar se ele possui o domínio do Sistema Braille, como Teresa descreve abaixo:

eu também vou analisar se o aluno já é alfabetizado e se já tem prática em Braille, que é um pré-requisito para que ele comece a aprender a Musicografia Braille. Caso ainda ele não saiba o Braille, eu vou começar a ensinar as funções do teclado, aquela coisa bem básica que também trabalha com vidente. Conhecer o instrumento, as escalas musicais, ter domínio do instrumento e aí a princípio, eu ensino a ele de ouvido. A gente escolhe uma música que seja bem fácil, uma música que ele conheça e ele vai aprender de ouvido, até que ele tenha algum domínio do Braille, para que aí, eu possa fazer a transcrição da música para o Braille e ele compreenda (Informação verbal).

Teresa fala que é muito complexo ensinar o Braille e a Musicografia Braille ao mesmo tempo:

ele tem que ter o domínio pelo menos do Braille. E também tem outras coisas, a gente tem alunos que chegam aqui analfabetos, sem referência matemática, sem referência de nada. Então já é um trabalho também bem mais lento e bem mais minucioso. Aí tem que funcionar em conjunto com a professora que dá aula de Braille, que dá aula de Soroban. É um trabalho bem complexo. Quando o aluno chega e já conhece Braille, aí sim, começamos juntos com a Musicografia Braille, juntamente com o trabalho de ouvido (Informação verbal).

De acordo com a professora de Soroban, Ilná Batinga, que trabalha no COEPD/CAP há dez anos:

o Soroban é importante por possibilitar ao deficiente visual a condição de realizar de forma concreta as operações matemáticas, por favorecer a concentração e desenvolver o raciocínio lógico. O Soroban é importante para a aprendizagem da música porque desenvolve no indivíduo a capacidade de concentração, raciocínio lógico e motor, pois ao manuseá-lo utilizamos ambas as mãos, assim sendo, trabalhamos os hemisférios direito e esquerdo do cérebro.³⁴

Teresa também fala sobre a facilidade que é hoje em dia com os alunos que possuem aparelho celular e sabem manuseá-lo:

hoje também a gente tem acesso a gravação, mando áudio para os meus alunos por celular. Então a gente tem essa tecnologia, essa

³⁴ BATINGA, Ilná: resposta ao e-mail [24 dez. 2019]. Entrevistador: José Gilvan Silva dos Santos, Aracaju, 2019.

ferramenta de ensino, mas o aluno que já começa a música sabendo o Braille, então ele já vai levar para casa dele as anotações das primeiras figuras, que são as colcheias. Porque na Musicografia Braille, a gente começa pelas colcheias e assim gradativamente, bem semelhante ao ensino teórico do vidente (Informação verbal).

Na Musicografia Braille o processo de ensino é a partir das colcheias, pois são as figuras mais simples de uma pessoa cega ler porque são formadas por poucos pontos, além de ser já conhecidas por quem sabe o Braille. No caso dos videntes, isso já é um pouco diferente, pois geralmente começamos pelas semibreves, mínimas, semínimas etc., ou seja, a Musicografia Braille tem essas particularidades.

É importante ressaltar que na Musicografia Braille as colcheias são representadas pelas letras: Dó (d), Ré (e), Mi (f) Fá (g), Sol (h), Lá (i) e Si (j). Pois essas letras são escritas no Braille na parte superior da cela, podendo assim, ser acrescentado outros pontos na parte inferior da cela para modificar a duração do tempo. Como as pessoas que sabem Braille já conhecem as letras do alfabeto, então facilita a leitura.

Outro fator fundamental na aprendizagem do aluno é que ele tenha o instrumento e tenha o interesse em querer aprender partitura e se aprofundar na teoria musical. Assim vai possibilitar que ele tenha um melhor rendimento. Ou seja, não depende só do professor, o aluno também deve se dedicar.

Teresa, durante o tempo que trabalha no CAP, já preparou vários alunos deficientes visuais para fazer o teste do Conservatório de Música de Sergipe. Inclusive, muitos já estão seguindo o curso de formação inicial, de formação continuada e técnico da instituição. No caso desses alunos eles terão um conhecimento teórico mais aprofundado.

Com os alunos que não desejam se aprofundar tanto na teoria musical e querem só ampliar o repertório, Teresa relata:

com os que não querem eu vou me deter mais a um repertório que eles queiram. Como é o caso de um aluno que eu tenho que só quer aprender os hinos da igreja que ele frequenta. Aí eu vou praticamente só ampliando o repertório desse aluno, mas isso depois de ensinar a parte teórica para ele, divisão, compasso simples e compasso composto, figuras rítmicas. Mas tem um certo limite na teoria musical. Ele não vai se aprofundar tanto quanto o aluno que pretende seguir uma carreira acadêmica, como é o seu caso né. Então é assim que eu estruturo o ensino de música aqui no CAP, me baseando nos objetivos do aluno, nas condições de saúde. Tudo isso tem que ser avaliado, que é bem diferente lá do conservatório (Informação verbal).

Como o ensino de música do COEPD/CAP é personalizado para atender o perfil de cada aluno, o próprio professor de música é quem vai estruturar as aulas. No caso do conservatório a estrutura de ensino é bem diferente, o conservatório é que vai determinar a estrutura do curso, o programa a ser seguido. Sobre isso Teresa fala:

Eu tenho que seguir um programa que é determinado, que é elaborado por vários professores. Tá lá no projeto pedagógico, tá tudo lá o plano de curso do conservatório. Então eu sigo o de lá, lógico que fazendo algumas adaptações. [...] É assim a estrutura do curso do conservatório e a parte teórica, sempre seguindo o que seguem os mesmos professores de teoria nas turmas com videntes, aquele programa regular teórico (Informação verbal).

A metodologia que Teresa aplica no COEPD/CAP não é baseada em apenas um educador musical. Ela procura fazer uma junção, pegando um pouco de cada método, porque cada aluno possui perfil e objetivos diferentes. Segundo Teresa:

eu diria que a minha metodologia é baseada muito mais em experiências ao longo do tempo. Aí vou observando o que dá certo, o que não dá. Claro que também não podemos ser rígidos, porque o que dá certo pra um nem sempre vai dá certo pro outro né. Até como eu afirmei pra você, quando a gente trabalha com deficiente visual, não é só deficiência visual que vai determinar. É todo histórico de vida. Eu posso relatar hoje um exemplo de um aluno deficiente visual que eu tenho lá no conservatório, que ele está acima da média tanto dos deficientes visuais, quanto dos videntes porque ele é muito interessado. Eu diria assim que ele é ligado no 220 e pega tudo muito rápido, então não é parâmetro para os demais deficientes visuais (Informação verbal).

Outros problemas juntamente com a deficiência visual também podem acompanhar o aluno e acabar prejudicando sua aprendizagem. É fundamental que o professor esteja preparado para lidar com esse tipo de situação. Teresa relata:

além da deficiência visual, hoje eu lido com alunos que tem problemas com transtorno de ansiedade, eu lido com problemas psicológicos com os alunos. [...] Então quando o aluno chega só com deficiência visual, sem problema nenhum, aí é tranquilo. Mas junto com a deficiência visual, se vem um bloqueio para tocar em público, se vem um transtorno de ansiedade porque o aluno não sai de casa, não tem vida social, aí ele transfere toda essa ansiedade para a aprendizagem musical. A gente tem que ir mais devagar, a gente tem que buscar ferramentas de incentivo para o aluno. Mostrar para aquele aluno que ele é capaz. Por que eu lido com isso hoje. Ansiedade, não vou conseguir, então não é deficiência visual que tá trazendo isso para o aluno né. Mas na minha metodologia eu tenho que pensar nisso tudo, tem que levar em consideração algumas coisas pessoais (Informação verbal).

Como Teresa citou anteriormente, em muitos casos a dificuldade maior do aprendizado da música pelo aluno não está na deficiência visual, mas sim em problemas psicológicos. Diante de problemas como esses, por vezes o aluno pode achar que o motivo de não está evoluindo na música é por conta da sua deficiência visual e acabar se desmotivando ao ponto de desistir. A seguir será abordado sobre os recursos disponíveis nas aulas de música do COEPD/CAP.

4.2.4. Os recursos do COEPD/CAP para as aulas de música

A sala usada por Teresa nas aulas de música no COEPD fica localizada no primeiro andar. A sala é um cômodo não muito grande, possui banheiro, uma mesinha, duas ou três cadeiras, o teclado com uma caixa de som amplificada e não é climatizado. O que refresca nos dias de calor é um ventilador ou a janela que a sala possui.

Figura 23: Sala de música do COEPD/CAP



Fonte: Acervo pessoal de Teresa Criscuolo

Os recursos que Teresa dispõe nas aulas de música no COEPD/CAP são: teclado, flauta doce, computador, impressora em Braille e impressora em tinta, caixa de som amplificada, materiais como reglete, papel etc. Mas, os recursos mais usados por ela são apenas o teclado em conjunto com a caixa de som amplificada (pois o

teclado não possui alto falantes), flauta doce, reglete, papel e o próprio celular ou *Ipad* para gravar ou reproduzir áudios para os alunos.

É importante ressaltar que nem todos recursos citados acima fica na sala destinada às aulas de música. As impressoras e os computadores ficam em outra sala, mas caso sejam necessários, ficam disponíveis. Sobre o uso do celular nas aulas, Teresa relata:

a tecnologia que eu costumo usar mais aqui é a de enviar as gravações com o áudio das músicas para o celular dos alunos. Quando precisa, eu gravo o áudio no teclado tocando cada parte separadamente, mão direita e mão esquerda como foi no seu caso né Gilvan, de uma mão direita mão esquerda ou às vezes eu gravo mesmo o solfejo. Porque alguns alunos para usar a partitura pede assim, professora a senhora solfejando como a senhora faz na aula ajuda bastante a gente (Informação verbal).

Diante disso foi perguntado se Teresa costumava usar músicas em formato MIDI com os seus alunos do COEPD/CAP, a qual prontamente respondeu:

usar músicas em formato MIDI é difícil eu usar aqui, porque na maioria das vezes os alunos não conseguem reproduzir esse tipo de arquivo no teclado. Não são todos como você que sabe lidar com a tecnologia. Lá no conservatório eu uso músicas em formato MIDI com um aluno que já tem um domínio maior. Aqui no CAP acho que eu só usei músicas em MIDI com você (Informação verbal).

Para os alunos deficientes visuais que conseguem reproduzir músicas em formato MIDI facilita muito aprendizagem, pois é praticamente como se eles estivessem com a partitura. A música estando nesse formato, o aluno poderá alterar o andamento para reproduzir mais lentamente, facilitando a interpretação e execução de determinados trechos musicais, ou rapidamente para adquirir maior agilidade. Também poderá ajudar a analisar melhor as dinâmicas.

Além disso, dependendo da gravação do MIDI é possível reproduzir apenas a parte da mão direita e vice-versa, facilitando a interpretação e o estudo da independência das mãos, pois enquanto o teclado reproduz uma das partes, a pessoa pode ir tocando a mesma parte ou a da outra mão. Para só depois juntar as duas partes.

Outro recurso do MIDI é que a pessoa também poderá mudar o timbre daquela música caso não goste ou para ajudar na identificação das notas musicais, pois tem timbres que são mais fáceis de reconhecer as notas que outros. Alguns teclados possui uma função que facilita a identificação de cada nota do MIDI. A pessoa coloca

para iniciar a música e o teclado aguarda o pressionamento da tecla correta, para só assim, passar para a próxima nota. Essa função ajuda aquelas pessoas que ainda não tem o ouvido treinado para identificar as notas musicais.

As teclas Dó e Sol dos teclados do COEPD/CAP são marcadas com adesivos para facilitar os alunos iniciantes a identificar as notas.

Figura 24: Teclado com as teclas marcadas



Fonte: Acervo pessoal de Teresa Criscuolo

Sobre isso Teresa fala:

eu sou contra porque a partir do momento que o deficiente visual se acostuma tocar com as teclas marcadas desse jeito, vai causar estranheza quando ele se deparar com outro instrumento né, então eu sou contra. Eu acabei deixando essas teclas marcadas com adesivos em respeito as pessoas que já trabalhavam aqui no CAP. Se eu já cheguei e já tinha pessoas trabalhando, eu tenho que respeitar aquele espaço e deixar né. O professor Wolney já se aposentou, mas ele também usou durante muito tempo, então não sou eu que vou chegar no ambiente e causar o conflito de tirar esses adesivos. Mas eu sempre digo aos alunos, que não se baseiem a isso. Eles devem se basear na estrutura da oitava, na estrutura do teclado que vai ser incomum para o teclado, para o órgão, para o piano, para sanfona, para a escaleta então, é um universo muito mais amplo né, que se prender a um adesivo que ele não vai ter sempre (Informação verbal).

Perguntado a Teresa por que ela não costuma usar o programa Musibraille em suas aulas de música no COEPD com os seus alunos, ela fala que não usa porque como nem sempre tem um *notebook* disponível na sala de aula e muitos alunos não têm computador nem o domínio de informática, ela achou melhor não usar. Ou seja,

o uso do programa Musibaille necessita previamente que o deficiente visual já tenha um certo domínio de informática.

4.2.5. Dificuldades enfrentadas nas aulas de música

Atualmente grande parte das pessoas pensam que ensinar música para deficientes visuais é uma coisa muito difícil, mas não é bem assim. Se o professor possuir os recursos necessários para suprir as necessidades dos alunos e tiver tempo disponível para se dedicar a tal tarefa, com certeza não terá maiores dificuldades. Sobre isso Teresa relata:

as maiores dificuldades eu diria que costuma ser a falta de material como, por exemplo, uma impressora Braille para imprimir as partituras, aqui no CAP nós temos a impressora funcionando, mas no caso do conservatório desconfigurou a impressora e tem um tempão que a gente pede para eles reconfigurar, e não configuram. Aí eu tenho que fazer as partituras a mão, e eu tô com uma tendinite por conta disso (Informação verbal).

Nas aulas de música do CAP quando Teresa precisa escrever algum exercício ou pequenas partituras em Braille, ela costuma escrever manualmente com a reglete, por achar mais prático, pois não precisa usar o computador e escrever a partitura no programa Musibaille, para só depois imprimir. A impressora em Braille só é usada quando ela necessita imprimir grandes volumes de partituras, já que manualmente além de exigir muita atenção, também ocupa muito tempo e é cansativo.

Sobre o tempo disponível para transcrever os materiais para os alunos deficientes visuais, Teresa relata:

a gente precisa ter um tempo e aí tanto aqui o CAP como o conservatório preenchem a carga horária da gente toda com aluno, então você não tem um tempo dado das instituições para produzir material para aluno, não existe essa compreensão. Eu acho que vem de lá de cima, porque a Secretaria de Educação exige que a minha carga horária seja completa, independente de eu ter x alunos (Informação verbal).

Um ponto importante que Teresa observa nos deficientes visuais, é que muitos apresentam uma certa dificuldade no raciocínio matemático, como ela cita abaixo:

noto que quando se deparam no raciocínio matemático, que vai adentrar, que tá misturado com a compreensão da teoria musical, apresentam alguma dificuldade. Então eu tenho que buscar ferramentas que façam os deficientes visuais entenderem essas questões. Então eu tenho que procurar, olha, ele não conseguiu dessa maneira, vamos procurar uma outra? vamos tentar criar materiais concretos para que compreenda (Informação verbal).

Ou seja, o professor não deve ficar preso a uma única metodologia de ensino, pois aquilo que funciona para um, pode não funcionar para o outro. O professor não deve ficar acomodado, ele tem que estar sempre em busca de novos métodos de ensino, analisar as dificuldades de cada aluno e procurar meios de fazê-los compreender o conteúdo.

Não basta o professor só passar conteúdo para o aluno deficiente visual sem ao menos conferir se realmente ele está absorvendo claramente. Tem que perguntar ao aluno se está compreendendo, deixá-lo à vontade para fazer perguntas e nunca responder dúvidas do aluno com arrogância. Seguindo esses passos com certeza a aula será produtiva.

Segundo Teresa, a parte matemática da música que julga mais complexa de se trabalhar com deficientes visuais são os denominadores dos compassos. Por exemplo:

quando é $2/8$ que a unidade de tempo é a colcheia, no $2/4$ é a semínima, no $2/2$ é a mínima. Esse é o conteúdo mais complexo que eu notei que todos alunos deficientes visuais costumam ter uma certa dificuldade. Mas por que tem dificuldade? É abstrato. Os videntes também tem essa dificuldade em lidar com essa parte matemática (Informação verbal).

Provavelmente essa dificuldade na compreensão dessa parte matemática pelos cegos, seja devido à dificuldade que enfrentam em estudarem matemática, pois a matemática para eles acaba sendo algo abstrato e não concreto. Como na maioria das vezes eles estudam em escola regular juntamente com os videntes, os professores explicam a maior parte do conteúdo na lousa direcionando as explicações para os que enxergam, tornando assim algo mais abstrato.

Segundo a professora Teresa: eu acho que é justamente porque o raciocínio matemático fica um pouco bloqueado. Não são todos os cegos que vão desenvolver, porque é uma coisa muito concreta, essa questão de fração. Então a gente tem esses fatores, ter alguém que tenha à disposição e a disponibilidade de o ajudar na sua trajetória, a família também vai ser importante né, vai ter essa questão do apoio da família, tudo isso né. As pessoas que estão ao seu redor te

ajudarem e não te impedir de você voar. [...] essas são as maiores dificuldades (Informação verbal).

A dificuldade que enfrentei nessa parte da matemática foi porque já tinha noção de como era a divisão de um compasso com o denominador quatro, já usava muito esse tipo de divisão. Por estar acostumado apenas com essa fórmula de compasso, quando foi ensinado as outras fórmulas com diferentes denominadores, causou uma certa estranheza.

4.2.6. A diferença entre ensinar um cego e um baixa visão

É importante ressaltar que a metodologia usada para ensinar um cego total deve ser diferente da metodologia para ensinar um baixa visão, pois ambos necessitam de recursos diferentes para suprir a perda da capacidade da visão e assim possibilitar uma boa aprendizagem. O professor poderá seguir o mesmo plano de curso para ambos, porém com metodologias diferentes.

De acordo com Teresa, a metodologia que ela usa para ensinar um aluno cego total é da seguinte forma:

no caso de um deficiente visual total eu vou usar o Braille e também faço alguns materiais em alto relevo, como é escrito em tinta para que ele conheça. Porque eu acho que ele também tem direito de conhecer como é a música em tinta, então eu já fiz materiais assim com colagem, com emborrachado, palito como eu já fiz com você né. Então eu faço para todos eles, para que eles tenham noção em alto relevo do que é a escrita musical em tinta, e aí eu faço a transcrição para o Braille. Eu posso seguir o mesmo plano de curso, a mesma sequência, mas com recursos diferentes (Informação verbal).

A elaboração de materiais em alto relevo de como é a escrita musical em tinta é muito importante, não só para os cegos conhecerem um pouco de como funciona a escrita da partitura para os videntes, como também ajuda na compreensão de explicações musicais destinadas a videntes. Principalmente quando se está estudando música com pessoas que enxergam, que na maioria das vezes os exemplos são dados baseados na partitura em tinta.

Para ensinar um aluno baixa visão, Teresa descreve:

no caso do baixa visão vou ter que elaborar todo material em tinta e ampliado. Se ele tiver tablet, nós também podemos usar esse recurso para ampliar a tela e ele enxergar melhor as partituras. Outros materiais as vezes tenho que fazer com a caneta piloto preta tudo ampliado, ou então vai lá no computador e amplia a fonte e faz em várias páginas (Informação verbal).

O repertório trabalhado pode ser o mesmo tanto para o cego total e baixa visão, quanto para quem estuda música de ouvido ou por meio da Musicografia Braille. O que vai mudar serão os recursos e metodologias utilizados em cada caso.

4.2.7. Fatores que contribuem para um bom desenvolvimento musical

Como podemos ver, a deficiência visual não é nenhuma desculpa para impedir uma pessoa de tocar um instrumento musical. Inclusive ela pode ser capaz de atingir os mesmos objetivos que os videntes na aprendizagem da música, desde que ela tenha vontade, dedicação, possua os recursos necessários para amenizar a perda da visão e que seja bem estimulada. Sobre isso, Teresa comenta:

existem alguns fatores que são essenciais para o se alcançar qualquer objetivo. O primeiro deles é a vontade. Quando a gente tem vontade a gente se dispõe a transpor diversos obstáculos. Um outro fator são as oportunidades. Você aproveitar as oportunidades ao máximo. Então assim acredito perfeitamente que ele possa atingir os mesmos patamares de excelência que qualquer outro na carreira musical (Informação verbal).

Além desses fatores citados acima, Teresa complementa:

não duvido jamais e tudo vai depender se ele tem acesso, se ele tem quem o auxilie corretamente nessa questão de orientar, se ele tem acesso aos materiais, se ele tem tempo. Tudo isso são as variáveis. Então o que é importante é você possibilitar, você procurar meios. No caso do professor, se eu tenho uma maneira de ensinar, que faço a muitos anos e eu me deparo com um aluno assim, o certo é não se acomodar, mas sim buscar meios para ajudar aquele aluno a ter um desempenho melhor da melhor forma possível (Informação verbal).

Perguntado se os deficientes visuais possuem alguma característica que o torne superior aos videntes no aprendizado da música, Teresa responde:

tem um mito de que o deficiente visual tem uma percepção auditiva mais aguçada, mas isso não é para todos. A gente se depara com

alunos que tem o ouvido absoluto, outros tem o ouvido relativo e aí tem uma prática bem incisiva né. Ele praticou, já chegou para minha aula assim. Ele já foi praticamente autodidata, já estudou em casa, já tirou música de ouvido, então tudo isso vai facilitar. Tem também outros que não percebem ritmo nenhum, não percebem nem sequer se a melodia foi para o grave ou para o agudo, tem isso também. Então eu não concordo que a percepção do deficiente visual é mais aguçada. Tudo vai depender da trajetória, se ele foi estimulado quando era criança, se o ambiente em que ele vive é estimulador. As vezes ele percebe o som, mas ele não sabe definir, não é verdade? Eu penso dessa forma (Informação verbal).

Vários fatores podem ajudar no desenvolvimento musical de um deficiente visual, sobre isso, Teresa comenta:

eu acho que tem coisas que são em comum para ambos. O acesso a escolas e ambientes que favoreçam isso, acesso ao instrumento, que eu tenho alunos que ainda não tem o instrumento, o apoio da família hein dá essa assistência. Muitas vezes alguns precisam de transporte né, que às vezes ele não tem a independência de ir sozinho a aula. Porque também tem alunos deficientes visuais que moram longe e pegam o ônibus e vem lá de longe e consegue ir sozinho, outros não (Informação verbal).

Outro ponto importante é que mais professores se especializem no ensino para deficientes visuais e que se disponham a aprender Musicografia Braille, pois essa é uma área que demanda muitos professores qualificados, e em Sergipe são poucos. Não tenham medo de ensinar uma pessoa cega, pois seguindo o que já foi citado acima, não terão grandes dificuldades.

O ensino da música é de grande relevância para os deficientes visuais. Segundo os alunos do COEPD/CAP, as aulas de música são importantes, pois além da experiência musical, é um meio de entretenimento, bem como aumenta a autoestima e ajuda na inclusão do deficiente visual na sociedade. (Informação verbal). Diante disso, podemos perceber o significado que a música tem para os deficientes visuais e o seu papel como meio de inclusão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou descrever o processo de ensino de música do COEPD/CAP, bem como a importância da música como meio de inclusão do deficiente visual na sociedade, mostrando que apesar da limitação visual, é possível o cego aprender a tocar um instrumento tão bem quanto um vidente, basta que ele tenha interesse, dedicação e tenha quem ensine corretamente.

Para uma melhor compreensão do tema abordado, primeiramente foi apresentado uma contextualização a respeito da deficiência visual, que foi relevante para que o leitor conhecesse os diferentes significados pelos quais a deficiência visual passou ao longo da história até os dias atuais, suas conquistas no tocante à acessibilidade, além de abordar a importância que foi em saber os tipos e níveis mais comuns desta deficiência, para que o educador musical possa conhecer melhor a limitação de cada aluno e assim analisar e aplicar a metodologia adequada para cada caso, bem como os recursos de acessibilidade que podem ser usados. Também foi fundamental citar algumas dicas de como auxiliar um deficiente visual no dia a dia, pois dificilmente a sociedade recebe as instruções necessárias para lidar com pessoas que possuem algum tipo de deficiência.

Ao pesquisar sobre a história do Centro de Apoio Pedagógico para atendimento às pessoas com deficiência visual (CAP) no Brasil, foi possível constatar a relevância que esse projeto teve para a capacitação de professores na educação especial e a produção de livros acessíveis que foram essenciais para que o cego também pudesse ter acesso ao conhecimento através da literatura.

Através do COEPD/CAP em Aracaju, foi possível notar a grande importância dessa instituição para os deficientes visuais de Sergipe, dando atendimento especializado para pessoas cegas e de baixa visão, bem como suas contribuições para a vida educacional e social dos seus alunos e que foi de suma importância para a inclusão do deficiente visual no meio musical. Foi essencial falar sobre a mudança da nomenclatura CAP para COEPD, pois as pessoas ainda não adotaram o novo nome da instituição, sendo ainda conhecido popularmente por CAP.

Foi fundamental explicar a respeito do Sistema Braille, como funciona o seu processo de leitura e escrita, para uma melhor compreensão da Musicografia Braille. Essa notação musical em relevo foi de grande importância, pois possibilitou que o

deficiente visual tivesse acesso à partitura, contribuindo assim com mais um recurso para o estudo musical.

A pesquisa com Wolney Siqueira Monte Santo possibilitou conhecer um pouco de sua trajetória, bem como sua atuação no COEPD/CAP por 21 anos, o seu papel como maestro dos grupos Clave do Sol e Canto e Encanto e também o seu trabalho no ensino de música para pessoas cegas e de baixa visão através do método da audição, em que solfejava a melodia com os nomes das notas e falava os nomes dos acordes para que o aluno memorizasse e pudesse tocar.

Durante a pesquisa de campo, a entrevista com a professora Teresa Cristina de Oliveira Criscuolo proporcionou conhecer um pouco de sua trajetória, a sua metodologia aplicada no COEPD/CAP com os deficientes visuais com base na Musicografia Braille, bem como a importância que essa notação musical em relevo tem para o músico cego, possibilitando maior independência do estudo da música e que foi importante para incentivar outros educadores musicais a aprenderem também outras técnicas de ensino principalmente a Musicografia Braille, para atender essa demanda de professores capacitados para ensinar música aos deficientes visuais.

Com isso podemos dizer que, tanto o método de ensinar música de ouvido, quanto o da Musicografia Braille são importantes para a formação do músico cego e que a junção dos dois torna esse músico mais completo.

Por fim, espera-se através deste estudo contribuir para a formação de educadores musicais que possam vir trabalhar com pessoas com deficiência visual, bem como despertar o interesse para que outras pesquisas acadêmicas sejam realizadas relacionadas à inclusão do cego e do baixa visão na área da música.

REFERÊNCIAS

AJIDEVI. **As 20 dicas para ajudar uma pessoa com deficiência visual.** Joinville, 2013. Disponível em: <<https://ajidevi.org.br/blog/2013/08/16/as-20-dicas-para-ajudar-uma-pessoa-com-deficiencia-visual>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

ASSOCIAÇÃO DE CEGOS LOUIS BRAILLE. **Dez dicas de como guiar um deficiente visual.** Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<https://aclouisbraille.wordpress.com/2015/07/19/10-dicas-de-como-guiar-um-deficiente-visual>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BELTRAME, Beatriz. Como é feito o Teste do Olhinho. In: **Tua Saúde**, 2018. Disponível em: <<https://www.tuasaude.com/teste-do-olhinho>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

BENAZZI, Luciane Eloisa Brandt. **A cegueira no contexto histórico.** In: Portal Educação, 2015. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/medicina/a-cegueira-no-contexto-historico/67589>>. Acesso em: 26 jan. 2020.

BONILHA, Fabiana Fator Gouvêa. **Do Toque Ao Som: o ensino da Musicografia Braille como um caminho para a educação musical inclusiva.** Tese (Doutorado em Música) - Programa de Pós-Graduação do Departamento de Música, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <http://www.meloteca.com/teses/fabiana-bonilha_do-toque.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. In: **Diário Oficial da União**, Brasília, 2 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 30 out. 2019.

BRASIL. Lei Federal no 10.098/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm>. Acesso em: 06 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Benjamin Constant. **Álvares de Azevedo**, o disseminador do Braille no Brasil. 2018. Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/fique-por-dentro/677-alvares-de-azevedo-o-disseminador-no-brasil>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Benjamin Constant. **O IBC**. 2019. Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/o-ibc>>. Acesso em: 30 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Conselho Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência – Conade**. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/orgaos-colegiados/conade/conselho-nacional-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia-conade>>. Acesso em: 23 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Cadernos temáticos do PSE - **Saúde Ocular**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/caderno_saude_ocular.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2019.

BRITO, Carlos Renato de Lima. **Aprendizagem de música no cotidiano das organistas da Congregação Cristã no Brasil em Juazeiro do Norte**. Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8407>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Deficiência Visual: reflexão sobre a prática pedagógica**. São Paulo: Aramara, 1997.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia; MOTA, Maria Glória Batista da. Ministério da Educação. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: deficiência visual**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2001. (v. 2). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/def_visual_2.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

CARVALHO FILHO, Walson de. **MÚSICA E EDUCAÇÃO ESPECIAL: A utilização dos métodos ativos no ensino de música para pessoas com deficiência visual**. Monografia (Licenciatura em Música) - Escola de Música, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <<http://monografias.ufrn.br/handle/123456789/7852>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

CARVALHO, Maressa Miquelino de. **O ensino específico de música para deficientes visuais: O MÉTODO MUSIBRAILLE** Monografia (Licenciatura em Educação Musical) - Habilitação em Ensino Musical, Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010. Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/musibraille/textos/monografia_maressa_o_metodo_musibraille.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2020.

CERQUEIRA, Jonir Bechara. A casa natal de Louis Braille. **Revista do Instituto Benjamin Constant**: 1809-2009 Bicentenário Louis Braille, Rio de Janeiro, v. 15, n. Edição Especial 02, p. 37-66, out. 2009.

CLÍNICA SENTIDOS. **Os sentidos**. Belo Horizonte, [2019]. Disponível em: <<https://www.clinicasentidos.com.br/os-sentidos>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

FRANCO, João Roberto; DIAS, Tárzia Regina. A pessoa cega no processo histórico: um breve percurso. **Revista Benjamim Constant / MEC**. Centro de pesquisa e documentação e informação - ano 11, n.º 30 Rio de Janeiro: IBCENTRO, 2005. Disponível em: <http://www.deficienciavisual.pt/r-Cegueira_historia-Joao_Franco.htm>. Acesso em: 27 jan. 2020.

FREITAS, Fernando. **6 dicas para ajudar uma pessoa com deficiência visual sem pagar mico**. Fundação Dorina Nowill, 2017. Disponível em: <<https://www.fundacaodorina.org.br/blog/6-dicas-para-ajudar-uma-pessoa-com-deficiencia-visual>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

GARCIA, Mário Rui Sanches. **Cegueira Congênita e Adquirida: implicações na saúde mental e resiliência**. 2014. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Escola de Psicologia e Ciências da Vida, Lisboa, 2014. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6424/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20-%20M%C3%81RIO%20RUI%20SANCHES%20DA%20COSTA%20GARCIA.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia>. Acesso em: 22 nov. 2019.

LEMOS, Edison Ribeiro. et al. **Louis Braille: sua vida e seu sistema**. 2ª. ed. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 1999.

LIRA, Miriam Cristina Frey; Schlindwein, Luciana Maria. **A pessoa cega e a inclusão**: um olhar a partir da psicologia histórico-cultural. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 75, p. 171-190, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n75/v28n75a03.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2020.

LOPES, Paula Campello Costa; SERFATY, Claudio Alberto. **Aspectos Biológicos da Deficiência Visual**. Rio de Janeiro: Editora UNIRIO, 2008.

LOURO, Viviane dos Santos. **Fundamentos da aprendizagem musical da pessoa com deficiência**. São Paulo: Editora Som, 2012.

MONTEIRO, Yara Nogueira. **Congregação Cristã no Brasil**: da fundação ao centenário, a trajetória de uma igreja brasileira. Vol. 24, Nº. 39, 2010. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6342700>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

MOTTA, Livia Maria Villela de Mello. **Deficiência Visual: Raízes Históricas e Linguagem do Preconceito**. 2008. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/deficiencia-visual>>. Acesso em: 28 jan. 2020.

NOVO MANUAL INTERNACIONAL DE MUSICOGRAFIA BRAILLE. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&o_obra=103365>. Acesso em: 14 jan. 2021.

OLIVEIRA, Diogo Santos de. **A música como um ponto de intersecção entre Louis Braille, Jacques Lusseyran e a inclusão do cego em Aracaju/SE**. Monografia (Licenciatura em Música) - Departamento de Música, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

PEREIRA, Josefa Lúcia Costa. **Centro de Apoio Pedagógico**: avaliação dos serviços CAP-MA para educação de deficientes visuais. 2010. 288 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Especial, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2877>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

PORTAL DA VISÃO. **O que é acuidade visual**. Curitiba, 2019 Disponível em: <<https://portaldavisaocuritiba.com.br/o-que-e-acuidade-visual>>. Acesso em: 24 out. 2019.

PRADO, Renata Beatriz de Souza. **Tecnologia Assistiva para o Ensino da Matemática aos Alunos Cegos**: o caso do Centro de Apoio Pedagógico para atendimento às pessoas com deficiência visual. 2013. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ensino de Ciências Naturais e Matemática, Núcleo de Pós-graduação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018. Disponível em: <<http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/5162>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

PREFEITURA DE ARACAJU. **PMA garante assistência pedagógica a deficientes visuais**. Aracaju, 2017. Disponível em: <<https://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=37576>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

PREFEITURA DE ARACAJU. **Prefeitura Disponibiliza Centro de Apoio Pedagógico para Deficientes Visuais**. Aracaju, 2017, disponível em: <<http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=70866>> acesso em: 08 jun. 2018.

QUEIROZ, Jhon Kleiton Santos de. **Notação musical em braile na formação do professor de música no ensino de alunos com deficiência visual**. Monografia (licenciatura em Música) - Escola de Música, Universidade Federal do Rio Grande Do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/1393/1/QUEIROZ%2C%20Jhon%20Kleiton%20S._Nota%20C3%A7%C3%A3o%20musical%20em%20braile_2014.2.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2020.

RESENDE, Tania Regina Martins. **Política estadual de atendimento a alunos com deficiência visual na cidade de São Paulo**: a percepção do usuário. 2007. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://cape.edunet.sp.gov.br/cape_arquivos/DocumentosAcademicosTaniaRegina.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2018.

ROMA, Adriana de Castro. Breve histórico do processo cultural e educativo dos deficientes visuais no Brasil. **Revista Ciência Contemporânea**, v.4, n. 1, 2018. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/guaratingueta/revista.php?id_revista=31>. Acesso em: 26 jan. 2020.

SANTOS FILHO, Genivaldo Oliveira; OLIVEIRA, Rozilda Ramos dos Santos. **Deficiência Visual Barreiras e Soluções na Educação Inclusiva**. 2011. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/deficiencia-visual-barreiras-e-solucoes-na-educacao-inclusiva/69486>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

SANTOS, Hugo Antonio dos; CRUZ, Alice Helena Tavares França da. **Paradigmas sócio-computacionais na implantação de sítios de internet voltados ao público deficiente visual**. Instituto Superior de Tecnologia em Ciências da Computação do Estado do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.revista.feaeterj-rio.edu.br/revista/artigos/01/5-paradigmas_socio-computacionais_na_implantacao_de_sitios_de_internet_voltados_ao_publico_deficiente_visual.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Comportamentos inclusivos diante de pessoas com deficiência**. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/~brailu/comportamento.html>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

SENA, Sabrynne Sampaio de. **A Musicografia Braille na Formação do Músico Deficiente Visual**. Monografia (Licenciatura em Educação Musical/ Ensino Musical Escolar) - Escola de Música e Artes Cênicas, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007. Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/musibraille/textos/monografia_sabrynne.doc>. Acesso em: 16 fev. 2020.

SMITH, Deborah Deutsch. **Introdução à educação especial**: ensinar em tempos de inclusão. Porto Alegre: Artmed, 5ª Edição, 2008.

SOUZA, Leonardo da Silva. **O uso do software Musibraille no processo de ensino-aprendizagem musical de alunos com deficiência visual**: da transcrição à utilização pedagógica. Monografia (Licenciatura em Música) - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, João Pessoa, 2013. Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/musibraille/textos/LeonardoSouza.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

TOMÉ, Dolores. **A infocomunicação em harmonia com a musicografia braille**: proposta de plataforma digital inclusiva. Tese. (Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais) - Faculdade de Letras Universidade do Porto, 2016. Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/musibraille/eventos/doutorado/tese_doutorado_dolores_tome.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

TOMÉ, Dolores. **Musicografia Braille**: instrumento de inserção e formação profissional. I Simpósio Brasileiro sobre o Sistema Braille. SEESP/MEC. Salvador: Bahia, 2001.

TUDISSAKI, Shirlei Escobar. **Ensino de música para pessoas com deficiência visual**. Dissertação (Mestrado em Música) - Programa de Pós-Graduação em Música do Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São Paulo, 2014. Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/musibraille/textos/Dissertacao_Shirlei_Escobar_Tudissaki.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2018.

VIANNA, P. M. M.; RODRIGUES, M. R. C. **Psicologia do desenvolvimento e da linguagem do deficiente visual**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2008.

APÊNDICE - TERMOS DE PARTICIPAÇÃO CONSENTIDA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE MÚSICA

O ENSINO DE MÚSICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO (COEPD/CAP) EM ARACAJU (Título provisório)

Estudante: José Gilvan Silva dos Santos
Orientadora: Profa. Dra. Mackely Ribeiro Borges

TERMO DE PARTICIPAÇÃO CONSENTIDA

Pelo presente instrumento, eu,
JOANA DARC HEIRELES DOS SANTOS

concedi entrevista para o estudante José Gilvan Silva dos Santos, material que será utilizado na elaboração de seu Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Sergipe.

Autorizo a gravação em áudio e/ou vídeo desta entrevista e de entrevistas futuras que possam ser necessárias para fins de transcrições; Sim () Não

Autorizo a utilização do meu nome no texto das publicações: Sim () Não

Autorizo a captação fotográfica das instalações, equipamento, encontros, observações e a utilização destas imagens no corpo do trabalho de conclusão de curso: Sim () Não

Após ler estas regras, entendi o propósito do referido estudo e, estando em perfeitas condições de participar do mesmo, isento o avaliador e a instituição à qual ele pertence de qualquer responsabilidade que exceda ao explicitado no presente Termo.

Joana Darc Heireles dos Santos
Assinatura

Aracaju, 05 de Novembro de 2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE MÚSICA

O ENSINO DE MÚSICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL
NO (COEPD/CAP) EM ARACAJU (Título provisório)

Estudante: José Gilvan Silva dos Santos
Orientadora: Profa. Dra. Mackely Ribeiro Borges

TERMO DE PARTICIPAÇÃO CONSENTIDA

Pelo presente instrumento, eu,
Tereza Custina de Oliveira Cruzado

concedi entrevista para o estudante José Gilvan Silva dos Santos, material que será utilizado na elaboração de seu Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Sergipe.

Autorizo a gravação em áudio e/ou vídeo desta entrevista e de entrevistas futuras que possam ser necessárias para fins de transcrições; Sim () Não

Autorizo a utilização do meu nome no texto das publicações: Sim () Não

Autorizo a captação fotográfica das instalações, equipamento, encontros, observações e a utilização destas imagens no corpo do trabalho de conclusão de curso: Sim () Não

Após ler estas regras, entendi o propósito do referido estudo e, estando em perfeitas condições de participar do mesmo, isento o avaliador e a instituição à qual ele pertence de qualquer responsabilidade que exceda ao explicitado no presente Termo.

Tereza Custina de Oliveira Cruzado

Assinatura

Aracaju, 05 de novembro de 2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE MÚSICA

O ENSINO DE MÚSICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL
NO (COEPD/CAP) EM ARACAJU (Título provisório)

Estudante: José Gilvan Silva dos Santos
Orientadora: Profa. Dra. Mackely Ribeiro Borges

TERMO DE PARTICIPAÇÃO CONSENTIDA

Pelo presente instrumento, eu,
Mario do Rozeres de Souza Alves
concedi entrevista para o estudante José Gilvan Silva dos Santos,
material que será utilizado na elaboração de seu Trabalho de Conclusão
do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de
Sergipe.

Autorizo a gravação em áudio e/ou vídeo desta entrevista e de
entrevistas futuras que possam ser necessárias para fins de
transcrições; Sim () Não

Autorizo a utilização do meu nome no texto das publicações:
Sim () Não

Autorizo a captação fotográfica das instalações, equipamento,
encontros, observações e a utilização destas imagens no corpo do
trabalho de conclusão de curso: Sim () Não

Após ler estas regras, entendi o propósito do referido estudo e, estando
em perfeitas condições de participar do mesmo, isento o avaliador e a
instituição à qual ele pertence de qualquer responsabilidade que exceda
ao explicitado no presente Termo.

Mario do Rozeres de Souza Alves

Assinatura

Aracaju, 19 de Novembro de 20 19



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE MÚSICA

O ENSINO DE MÚSICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL
NO (COEPD/CAP) EM ARACAJU (Título provisório)

Estudante: José Gilvan Silva dos Santos
Orientadora: Profa. Dra. Mackely Ribeiro-Borges

TERMO DE PARTICIPAÇÃO CONSENTIDA

Pelo Genivaldo Ribeiro Mackely presente instrumento, eu,

concedi entrevista para o estudante José Gilvan Silva dos Santos, material que será utilizado na elaboração de seu Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Sergipe.

Autorizo a gravação em áudio e/ou vídeo desta entrevista e de entrevistas futuras que possam ser necessárias para fins de transcrições; Sim () Não

Autorizo a utilização do meu nome no texto das publicações: Sim () Não

Autorizo a captação fotográfica das instalações, equipamento, encontros, observações e a utilização destas imagens no corpo do trabalho de conclusão de curso: Sim () Não

Após ler estas regras, entendi o propósito do referido estudo e, estando em perfeitas condições de participar do mesmo, isento o avaliador e a instituição à qual ele pertence de qualquer responsabilidade que exceda ao explicitado no presente Termo.

Mackely Ribeiro-Borges

Assinatura

Aracaju, 19 de Novembro de 20 19



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE MÚSICA

O ENSINO DE MÚSICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL
NO (COEPD/CAP) EM ARACAJU (Título provisório)

Estudante: José Gilvan Silva dos Santos
Orientadora: Profa. Dra. Mackely Ribeiro Borges

TERMO DE PARTICIPAÇÃO CONSENTIDA

Pelo presente instrumento, eu,
Marcelo Soares de Jesus

concedi entrevista para o estudante José Gilvan Silva dos Santos, material que será utilizado na elaboração de seu Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Sergipe.

Autorizo a gravação em áudio e/ou vídeo desta entrevista e de entrevistas futuras que possam ser necessárias para fins de transcrições; Sim () Não

Autorizo a utilização do meu nome no texto das publicações: Sim () Não

Autorizo a captação fotográfica das instalações, equipamento, encontros, observações e a utilização destas imagens no corpo do trabalho de conclusão de curso: Sim () Não

Após ler estas regras, entendi o propósito do referido estudo e, estando em perfeitas condições de participar do mesmo, isento o avaliador e a instituição à qual ele pertence de qualquer responsabilidade que exceda ao explicitado no presente Termo.

Marcelo Soares de Jesus

Assinatura

Aracaju, 19 de Novembro de 20 19



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE MÚSICA

O ENSINO DE MÚSICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL
NO (COEPD/CAP) EM ARACAJU (Título provisório)

Estudante: José Gilvan Silva dos Santos
Orientadora: Profa. Dra. Mackely Ribeiro Borges

TERMO DE PARTICIPAÇÃO CONSENTIDA

Pelo Clemerson Eduardo dos Santos presente instrumento, eu,

concedi entrevista para o estudante José Gilvan Silva dos Santos, material que será utilizado na elaboração de seu Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Sergipe.

Autorizo a gravação em áudio e/ou vídeo desta entrevista e de entrevistas futuras que possam ser necessárias para fins de transcrições; Sim () Não

Autorizo a utilização do meu nome no texto das publicações: Sim () Não

Autorizo a captação fotográfica das instalações, equipamento, encontros, observações e a utilização destas imagens no corpo do trabalho de conclusão de curso: Sim () Não

Após ler estas regras, entendi o propósito do referido estudo e, estando em perfeitas condições de participar do mesmo, isento o avaliador e a instituição à qual ele pertence de qualquer responsabilidade que exceda ao explicitado no presente Termo.

Clemerson Eduardo dos Santos

Assinatura

Aracaju, 19 de Novembro de 20 19



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE MÚSICA

O ENSINO DE MÚSICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL
NO (COEPD/CAP) EM ARACAJU (Título provisório)

Estudante: José Gilvan Silva dos Santos
Orientadora: Profa. Dra. Mackely Ribeiro Borges

TERMO DE PARTICIPAÇÃO CONSENTIDA

Pelo presente instrumento, eu,
ILNA BATINGA CARDOSO

concedi entrevista para o estudante José Gilvan Silva dos Santos, material que será utilizado na elaboração de seu Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Sergipe.

Autorizo a gravação em áudio e/ou vídeo desta entrevista e de entrevistas futuras que possam ser necessárias para fins de transcrições; Sim () Não

Autorizo a utilização do meu nome no texto das publicações: Sim () Não

Autorizo a captação fotográfica das instalações, equipamento, encontros, observações e a utilização destas imagens no corpo do trabalho de conclusão de curso: Sim () Não

Após ler estas regras, entendi o propósito do referido estudo e, estando em perfeitas condições de participar do mesmo, isento o avaliador e a instituição à qual ele pertence de qualquer responsabilidade que exceda ao explicitado no presente Termo.

Ilma Batinga Cardoso.

Assinatura

Aracaju, 26 de novembro de 20 19



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE MÚSICA

O ENSINO DE MÚSICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL
NO (COEPD/CAP) EM ARACAJU (Título provisório)

Estudante: José Gilvan Silva dos Santos
Orientadora: Profa. Dra. Mackely Ribeiro Borges

TERMO DE PARTICIPAÇÃO CONSENTIDA

Pelo presente instrumento, eu,
JOANITA CACILDA ROCHA PRADO
concedi entrevista para o estudante José Gilvan Silva dos Santos,
material que será utilizado na elaboração de seu Trabalho de Conclusão
do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de
Sergipe.

Autorizo a gravação em áudio e/ou vídeo desta entrevista e de
entrevistas futuras que possam ser necessárias para fins de
transcrições; Sim () Não

Autorizo a utilização do meu nome no texto das publicações:
Sim () Não

Autorizo a captação fotográfica das instalações, equipamento,
encontros, observações e a utilização destas imagens no corpo do
trabalho de conclusão de curso: Sim () Não

Após ler estas regras, entendi o propósito do referido estudo e, estando
em perfeitas condições de participar do mesmo, isento o avaliador e a
instituição à qual ele pertence de qualquer responsabilidade que exceda
ao explicitado no presente Termo.

Joanita Cacilda Rocha Prado
Assinatura

Aracaju, 03 de Dezembro de 2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE MÚSICA**

**O ENSINO DE MÚSICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL
NO (COEPD/CAP) EM ARACAJU (Título provisório)**

Estudante: José Gilvan Silva dos Santos
Orientadora: Profa. Dra. Mackely Ribeiro Borges

TERMO DE PARTICIPAÇÃO CONSENTIDA

Pelo _____ presente _____ instrumento, eu,

Carla A. Santos

concedi entrevista para o estudante José Gilvan Silva dos Santos, material que será utilizado na elaboração de seu Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Sergipe.

Autorizo a gravação em áudio e/ou vídeo desta entrevista e de entrevistas futuras que possam ser necessárias para fins de transcrições; Sim () Não

Autorizo a utilização do meu nome no texto das publicações: Sim () Não

Autorizo a captação fotográfica das instalações, equipamento, encontros, observações e a utilização destas imagens no corpo do trabalho de conclusão de curso: Sim () Não

Após ler estas regras, entendi o propósito do referido estudo e, estando em perfeitas condições de participar do mesmo, isento o avaliador e a instituição à qual ele pertence de qualquer responsabilidade que exceda ao explicitado no presente Termo.

Carla A. Santos

Assinatura

Aracaju, 11/01/2010

10

10



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE MÚSICA

O ENSINO DE MÚSICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL
NO (COEPD/CAP) EM ARACAJU (Título provisório)

Estudante: José Gilvan Silva dos Santos
Orientadora: Profa. Dra. Mackely Ribeiro Borges

TERMO DE PARTICIPAÇÃO CONSENTIDA

Pelo presente instrumento, eu,

Eliziana Santos Pinheiro

concedi entrevista para o estudante José Gilvan Silva dos Santos, material que será utilizado na elaboração de seu Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Sergipe.

Autorizo a gravação em áudio e/ou vídeo desta entrevista e de entrevistas futuras que possam ser necessárias para fins de transcrições; Sim () Não

Autorizo a utilização do meu nome no texto das publicações: Sim () Não

Autorizo a captação fotográfica das instalações, equipamento, encontros, observações e a utilização destas imagens no corpo do trabalho de conclusão de curso: Sim () Não

Após ler estas regras, entendi o propósito do referido estudo e, estando em perfeitas condições de participar do mesmo, isento o avaliador e a instituição à qual ele pertence de qualquer responsabilidade que exceda ao explicitado no presente Termo.

Eliziana Santos Pinheiro

Assinatura

Aracaju, 04 de Dezembro de 20 19



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE MÚSICA

O ENSINO DE MÚSICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL
NO (COEPD/CAP) EM ARACAJU (Título provisório)

Estudante: José Gilvan Silva dos Santos
Orientadora: Profa. Dra. Mackely Ribeiro Borges

TERMO DE PARTICIPAÇÃO CONSENTIDA

Pelo presente instrumento, eu,
Caroline Rocha Santos

concedi entrevista para o estudante José Gilvan Silva dos Santos, material que será utilizado na elaboração de seu Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Sergipe.

Autorizo a gravação em áudio e/ou vídeo desta entrevista e de entrevistas futuras que possam ser necessárias para fins de transcrições; Sim () Não

Autorizo a utilização do meu nome no texto das publicações: Sim () Não

Autorizo a captação fotográfica das instalações, equipamento, encontros, observações e a utilização destas imagens no corpo do trabalho de conclusão de curso: Sim () Não

Após ler estas regras, entendi o propósito do referido estudo e, estando em perfeitas condições de participar do mesmo, isento o avaliador e a instituição à qual ele pertence de qualquer responsabilidade que exceda ao explicitado no presente Termo.

Caroline Rocha Santos

Assinatura

Aracaju, 4 de 12 de 20 19



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE MÚSICA**

**O ENSINO DE MÚSICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL
NO (COEPD/CAP) EM ARACAJU (Título provisório)**

Estudante: José Gilvan Silva dos Santos
Orientadora: Profa. Dra. Mackely Ribeiro Borges

TERMO DE PARTICIPAÇÃO CONSENTIDA

Pelo presente instrumento, eu,
Harlene dos Santos Alves

concedi entrevista para o estudante José Gilvan Silva dos Santos, material que será utilizado na elaboração de seu Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Sergipe.

Autorizo a gravação em áudio e/ou vídeo desta entrevista e de entrevistas futuras que possam ser necessárias para fins de transcrições; (x) Sim () Não

Autorizo a utilização do meu nome no texto das publicações: (x) Sim () Não

Autorizo a captação fotográfica das instalações, equipamento, encontros, observações e a utilização destas imagens no corpo do trabalho de conclusão de curso: (x) Sim () Não

Após ler estas regras, entendi o propósito do referido estudo e, estando em perfeitissimas condições de participar do mesmo, isento o avaliador e a instituição à qual ele pertence de qualquer responsabilidade que exceda ao explicitado no presente Termo.

Harlene dos Santos Alves

Assinatura

Aracaju, 5 de 12 de 20 19



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE MÚSICA

O ENSINO DE MÚSICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL
NO (COEPD/CAP) EM ARACAJU (Título provisório)

Estudante: José Gilvan Silva dos Santos
Orientadora: Profa. Dra. Mackely Ribeiro Borges

TERMO DE PARTICIPAÇÃO CONSENTIDA

Pelo José Damasceno presente Carlo Augusto instrumento, eu,

concedi entrevista para o estudante José Gilvan Silva dos Santos, material que será utilizado na elaboração de seu Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Sergipe.

Autorizo a gravação em áudio e/ou vídeo desta entrevista e de entrevistas futuras que possam ser necessárias para fins de transcrições; (x) Sim () Não

Autorizo a utilização do meu nome no texto das publicações: (x) Sim () Não

Autorizo a captação fotográfica das instalações, equipamento, encontros, observações e a utilização destas imagens no corpo do trabalho de conclusão de curso: (x) Sim () Não

Apos ler estas regras, entendi o propósito do referido estudo e, estando em perfeitas condições de participar do mesmo, isento o avaliador e a instituição à qual ele pertence de qualquer responsabilidade que exceda ao explicitado no presente Termo.

José Damasceno Carlo Augusto

Assinatura

Aracaju, 6 de 12 de 20 19